



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 036

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 03 DE MAIO DE 2005

ANO XXX

### *Mesa Executiva*

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**PEDRO IVO ILKIV**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PP

**ELIO RUSCH**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**PASTOR EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

### *Lideranças*

Líder do Governo .....	Dobrandino da Silva
Líder da Oposição .....	Valdir Rossoni
PTB .....	Carlos Simões
PFL .....	Plauto Miró Guimarães
PSDB .....	Ademar Traiano
PMDB .....	Antonio Anibelli
PP .....	Cida Borghetti
PT .....	Tadeu Veneri
PDT .....	Barbosa Neto
PL .....	Mauro Moraes
PPS .....	Waldir Leite

### *Representação Partidária*

**PMDB** - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Braddock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **PTB** - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **Sem Partido** - 01: Luiz Carlos Martins.

**SUMÁRIO**

<b>SESSÃO 036 .....</b>	<b>02</b>
<b>Lista de presenças.....</b>	<b>02</b>
<b>Expediente:</b>	
Requerimentos .....	03
Projetos de Lei .....	07
<b>Pequeno Expediente:</b>	
Dep. Barbosa Neto .....	09
Dep. Marcos Isfer .....	09
Dep. José Domingos Scarpellini ....	11
Dep. Tadeu Veneri.....	13
Dep. Ademar Traiano.....	14
<b>Horário das Lideranças:</b>	
Liderança do PPS: Dep. Marcos	
Isfer .....	10
Liderança do PT: Dep. Tadeu	
Veneri .....	13
Liderança do PSDB: Dep.	
Ademar Traiano .....	15
Liderança do PDT: Dep. Barbosa	
Neto.....	16
Liderança do PFL: Dep. Elio	
Rusch .....	17
Liderança da Oposição: Dep. Valdir	
Rossoni.....	18
<b>Ordem do Dia:</b>	
Leitura do Expediente .....	19
Discussão / Votação .....	19
Discussão Única (Proposições).....	19
Redação Final.....	25
3ª Discussão .....	29
1ª Discussão .....	29
Discussão Única (Indicação).....	34
Requerimentos .....	34
<b>Ordem do Dia da próxima Sessão.....</b>	<b>35</b>

**036ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 036ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
03 DE MAIO 2005**

*(terça-feira)*

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelas Sras. Deputadas Luciana Rafagnin e Cida Borghetti.

**Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, José Domingos Scarpellini, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (43). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Arlete Caramês, Geraldo Cartário, Ângelo Vanhoni, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Elza Correia, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Miltinho Pupio, Natálio Stica e Plauto Miró Guimarães (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**SESSÃO ORDINÁRIA.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### ***Expediente:***

### ***Requerimentos***

#### REQUERIMENTO Nº 1177

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei nº 709/2003, (Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a transformação, fusão, extinção e alteração de personalidade jurídica das entidades integrantes da administração indireta do Poder Executivo, conforme especifica).

Sala das Sessões, em 03.05.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

#### REQUERIMENTO Nº 1178

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei nº 484/2004, (Objetiva transformar a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, em autarquia sob a denominação de Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural).

Sala das Sessões, em 03.05.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

#### REQUERIMENTO Nº 1196

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, preferência para discussão e votação da Proposição nº 013/2005, item 03 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 03.05.2005.

(a) MAURO MORAES

#### REQUERIMENTO Nº 1180

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER que seja retirado da pauta da Ordem do Dia de hoje, o Projeto de Lei nº 221/2003, (estabelece o parcelamento dos débitos referentes a multas de trânsito nos Estado do Paraná em até 24 parcelas e dá outras providências), por dez Sessões.

Sala das Sessões, em 03.05.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

#### REQUERIMENTO Nº 1179

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER votação em

bloco nos itens 02, 03 e 04 da Ordem do Dia da presente Sessão (Proposição de Veto: 043/2003; 075/2004; 013 e 022/2005 respectivamente).

Sala das Sessões, em 03.05.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

#### REQUERIMENTO Nº 1197

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, COMUNICA que estará se ausentando da Assembléia Legislativa nos dias 25 a 28 de maio próximo, para participar da IX Conferência Nacional dos Legislativos Estaduais da UNALE, que acontecerá em Salvador/Bahia.

Sala das Sessões, em 03.05.2005.

(a) ELTON CARLOS WELTER

#### REQUERIMENTO Nº 1193

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, autorização para participar da VI Assembléia Geral da Confederação Parlamentar das Américas, em Foz do Iguaçu, entre os dias 07 e 09 de maio do ano corrente.

Sala das Sessões, em 03.05.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1200

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, autorização desta Casa Legislativa, para que custeie as diárias e as passagens de ida e volta, deste Deputado, para a sua participação na IX Conferência Nacional dos Legislativos Estaduais.

O evento ocorrerá na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, Brasil, nos dias 25 a 28 de maio de 2005.

O pedido de custeamento das diárias e das passagens, já foram requeridos através dos ofícios 105 e 107/2005, sob protocolos 2937 e 2939, ambos em 27.04.2005, dirigidos ao Secretário Nereu Moura.

Requer, outrossim, que seja dada ciência desta decisão, ao órgão competente deste Parlamento para as devidas providências.

Sala das Sessões, em 03.05.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

#### REQUERIMENTO Nº 1182

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja marcada a entrega de Título de Cidadão Honorário do Paraná ao pastor Lupércio Virgniano, conforme a Lei nº 12.985, no dia

04 de junho às 20 horas, no Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 03.05.2005.  
(a) PASTOR EDSON PRACZYK

#### REQUERIMENTO Nº 1175

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ubaldo Siqueira, esposo de Zoraide Zampieri, e pai de Luís Antonio Siqueira, Carlos Alberto Siqueira, Conceição Aparecida Siqueira.

Era uma pessoa muito querida pelos seus conhecidos, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 03.05.2005.  
(a) GERALDO CARTÁRIO

#### REQUERIMENTO Nº 1190

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Janete Binhara Juliane, aos 64 anos de idade, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos.

Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 03.05.2005.  
(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1191

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Lineu Wagner e Lília Wagner, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando bodas de ouro.

A união do casal iniciou-se com muito amor, e que, por manter as suas raízes no equilíbrio, foi se firmando dia-a-dia através da convivência ao longo desses anos. Uma vivência progressiva e madura não tende a acabar, mas amplia-se, uma vez que cada um passa a conhecer vícios e virtudes, manias e costumes do outro.

O equilíbrio de amor promoveu a prática da justiça e da bondade, da cooperação e do dever, da afetividade e advertência amadurecida.

O casamento é uma grande escola e esse casal soube construir seu lar em pilares sólidos, aprendendo a arte do convívio, da fraternidade, da solidariedade, sempre cultivando o afeto e respeito.

Sentimos muito orgulho em compartilhar com o casal, sua família e conhecidos, essa data tão importante que está sendo comemorada.

Que ao renovarem seu matrimônio, Deus, em seu infinito amor, cubra-os de bênçãos, guiando seus passos e iluminando suas vidas.

Nossos sinceros cumprimentos, extensivos aos demais Pares desta colenda Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 03.05.2005.  
(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1192

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Manoel Milhones da Silva e Maura Rodrigues da Silva, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando bodas de ouro.

A união do casal iniciou-se com muito amor, e que, por manter as suas raízes no equilíbrio, foi se firmando dia-a-dia através da convivência ao longo desses anos. Uma vivência progressiva e madura não tende a acabar, mas amplia-se, uma vez que cada um passa a conhecer vícios e virtudes, manias e costumes do outro.

O equilíbrio de amor promoveu a prática da justiça e da bondade, da cooperação e do dever, da afetividade e advertência amadurecida.

O casamento é uma grande escola e esse casal soube construir seu lar em pilares sólidos, aprendendo a arte do convívio, da fraternidade, da solidariedade, sempre cultivando o afeto e respeito.

Sentimos muito orgulho em compartilhar com o casal, sua família e conhecidos, essa data tão importante que está sendo comemorada.

Que ao renovarem seu matrimônio, Deus, em seu infinito amor, cubra-os de bênçãos, guiando seus passos e iluminando suas vidas.

Nossos sinceros cumprimentos, extensivos aos demais Pares desta colenda Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 03.05.2005.  
(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1176

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Darci Machado.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 03.05.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1201

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, votos de congratulações à Crystal Tur - Agência de Viagens e Turismo Ltda., pelo excelente trabalho prestado à sociedade paranaense.

Favor enviar correspondência para o seguinte endereço: Rua Presidente Faria, 51, conjunto 201, 2º andar - Bairro Centro - CEP 80020-918, Curitiba / PR.

Sala das Sessões, em 03.05.2005.

(a) ALEXANDRE CURI

#### REQUERIMENTO Nº 1181

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosa-mente propor votos de louvor ao Restaurante Novo Madalosso, pelo admirável trabalho que realiza em nossa cidade.

O presente restaurante é um dos mais conhecidos de Curitiba, tendo fama reconhecida em todo o Brasil. Essa fama é procedente da notória qualidade dos serviços prestados, excepcional requinte de suas instalações e excelente atendimento, e, por óbvio, a qualidade de sabor das refeições.

Porém, o que realmente dá ensejo a esta singela homenagem é o aniversário de 35 anos de fundação do Restaurante Novo Madalosso, fato esse ocorrido no dia 02 de abril deste ano. Este fato corrobora a opinião daqueles que elogiam e propagam a boa imagem deste estabelecimento.

Diante dessa narrativa, solicita ainda a especial gentileza em notificar à Sra. Flora Severino Madalosso e ao Sr. Carlos Madalosso, na Rua Manoel Ribas, nº 5875, CEP 82020-000 - Curitiba/PR, acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 03.05.2005.

(a) MARCOS ISFER

#### REQUERIMENTO Nº 1195

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa, ao Bar e Lanches do Osvaldo, pelos 35 anos de excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 03.05.2005.

(a) CESAR SELEME

#### REQUERIMENTO Nº 1199

Senhor Presidente:

O Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores e demais Deputados da Assembléia Legislativa do Paraná, que ao final subscrevem, vêm declarar que apóiam o PL 7370/02, do Deputado Luiz Antonio Fleury, que diz: “não estão sujeitos à fiscalização dos Conselhos Regionais de Educação Física, os profissionais de dança, artes marciais e ioga”.

A área de conhecimento da dança vem travando uma verdadeira luta contra as arbitrariedades do Conselho Federal (e Regionais) de Educação Física, que vêm tentando invadir declaradamente o terreno de competência desta área.

Essa situação vem se repetindo desde 1994, e de lá para cá a dança derrubou projetos de lei junto ao Senado e conseguiu leis estaduais, em apenas alguns Estados, a exemplo do Paraná, como proteção às investidas da área da Educação Física.

Este PL 7370/02, está há dois anos tramitando (vitoriosamente) pelas Comissões (foi aprovado por unanimidade na Comissão de Educação e Cultura) da Câmara dos Deputados. Hoje se encontra na Comissão de Turismo e Desporto.

Solicitamos que a Comissão de Turismo e Desporto - CTD, vote favoravelmente ao PL 7370/02, afirmando a autonomia da Dança enquanto área de conhecimento.

Subscrevem a presente moção, os seguintes Deputados:

Sala das Sessões, em 03.05.2005.

(a) TADEU VENERI

Apoiamento:

Luiz Nishimori, Luciana Rafagnin, André Vargas, Antonio Anibelli, Marcos Isfer, Renato Gaúcho, Elton Carlos Welter, Pastor Edson Praczyk e Mauro Moraes.

#### REQUERIMENTO Nº 1186

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente à Direção da Cooperativa SICREDI, para verificar a possibilidade da instalação de um posto de atendimento na Cidade de São Carlos do Ivaí, para atendimento da população.

Requer outrossim que da decisão da Casa seja encaminhado expediente ao Sr. Seno Cláudio Lunkes, Presidente da SINCREDI, Central do Paraná.

Sala das Sessões, em 03.05.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem por objetivo de solucionar os problemas que vêm ocorrendo no Município de São Carlos do Ivaí, referente a ajuda financeira aos pequenos e médios agricultores, empresários e população em geral, referente a créditos fornecidos.

A economia do Município de São Carlos do Ivaí, é composta basicamente pela pecuária, cana-de-açúcar e agricultura convencional que não é fomentada por nenhuma instituição financeira.

A Cooperativa de Crédito SICREDI tem a finalidade de ajudar os pequenos e médios comerciantes, empresários e várias outras camadas sociais. Como correntista desta instituição que tenho certeza é honesta e correta, junto com todas as lideranças políticas do Município, empresários, agricultores e população em geral propusemos a solicitar que seja estudada a implantação de um posto de atendimento do SICREDI, no Município de São Carlos do Ivaí

Com certeza a abertura de um posto do SICREDI irá alavancar a estrutura do Município de São Carlos do Ivaí e região. Inaugurar uma casa de crédito é o mesmo que instalar um banco de sangue. Não será, com efeito, o dinheiro comparável ao sangue que corre nas veias?

Poderia o organismo substituir se, não existisse o sangue, esse fluído misterioso que corre nas artérias e nas veias, levando a todo o organismo os elementos da vida?

Assim o dinheiro, através do crédito cooperativo, a maior criação do gênio humano, é o elemento propulsor do progresso e da riqueza, sem o qual o trabalho paralisaria e a vida extinguiria. Bem haja, pois, aos que, num movimento da alta compreensão, esforçam-se por dotar esta terra de mais empreendimento cooperativo de crédito.

Terão agora os lavradores, comerciantes, empresários e toda a população daquele Município onde procurar numerário para fazer os seus empreendimentos e fazemos votos em breve as indústrias se multiplicarem com o efeito desse empreendimento. É um aforismo conhecido: o dinheiro junto com a cooperativa faz dinheiro. Olhai para todos os países progressistas e vereis que, se alcançaram a posição que hoje desfrutam no mundo, foi porque desde cedo tiveram a incentivar-lhes as atividades, a proteção do capital que, por intermédio das instituições cooperativas, ofereceu-lhes crédito facilitado e abundante.

Que este posto da SICREDI que estamos solicitando se transforme em realidade o mais rápido possível, que se torne uma máquina propulsora de progresso, almejando aos diretores e dirigentes que atendam nosso pedido para o bem-estar de toda a comunidade daquele Município e de toda região.

#### REQUERIMENTO Nº 1187

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, no sentido de destinar uma ambulância para o Município de Japurá.

Sala das Sessões, em 03.05.2005.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Este requerimento visa sensibilizar o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Saúde, para

que libere uma ambulância, em caráter emergencial para o Município de Japurá, em face da situação precária que encontra-se a saúde daquele Município. Destaco que se trata de Município do interior do Estado, com sua população composta principalmente por pessoas carentes.

O Município não possui estrutura hospitalar que atenda à população satisfatoriamente, tendo os moradores que buscar atendimento em municípios-pólos, distante de suas casas, necessitando, portanto, serem transportados por veículos apropriados, para dar suporte ao deslocamento até as unidades de saúde que tenham condições de atender com os cuidados necessários.

#### REQUERIMENTO Nº 1194

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Fazenda do Paraná, Exmo. Sr. Heron Arzua, solicitando que impeça o fechamento de Delegacias Regionais da Receita Federal nas Cidades de Jacarezinho, União da Vitória, Umuarama e Pato Branco.

Sala das Sessões, em 03.05.2005.

(aa) BARBOSA NETO e RENI PEREIRA

Apoioamento:

Waldir Leite, José Domingos Scarpellini, Ailton Araújo, Luiz Carlos Martins, André Vargas, Antonio Anibelli, Neivo Beraldin, Ratinho Júnior, Nelson Garcia, Elio Rusch, Marcos Isfer, Durval Amaral, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Luiz Accorsi e Mauro Moraes.

#### REQUERIMENTO Nº 1188

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja encaminhado expediente ao Comandante da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender ao pedido dos moradores da Rua Japurá - Bairro Alto, que pedem policiamento ostensivo neste bairro, tendo em vista que há muitos garotos soltando pipa e cortando os fios das linhas telefônicas.

Dias atrás, uma das moradoras quase foi degolada por um fio de pipa no qual foi passado cerol. Várias vezes a polícia é chamada e os garotos somem, voltando depois e continuando a soltar as pipas.

A situação encontra-se crítica e perigosa, motivo pelo qual os moradores pedem policiamento ostensivo o mais breve possível.

Sala das Sessões, em 03.05.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1189

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja encaminha do expediente ao Coman-

dante da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo na Praça Goethe, proximidades da Avenida João Gualberto, da trincheira e Estação do Biarticulado Maria Clara - Bairro Alto da Glória. Os assaltos às residências, aos veículos, aos usuários de ônibus e à população em geral ocorrem diariamente, necessitando urgentemente da presença ostensiva de policiais, uma vez que aquela região encontra-se sem segurança e os assaltantes agem livremente.

Sala das Sessões, em 03.05.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## ***Projetos de Lei***

PROJETO DE LEI Nº 246/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### **D E C R E T A :**

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Borrazópolis, os Lotes nºs 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19, da quadra nº 77, matrícula nº 3.450, Lote nº 04, de quadra nº 28, Registro nº 20.527 e Lote nº 13, da quadra nº 29, matrícula nº 6.951, sendo que, todos os lotes estão situados no perímetro urbano da Cidade de Borrazópolis, Comarca de Apucarana, Estado do Paraná.

Parágrafo Único - As dotações dos imóveis a que se refere o *caput* deste artigo, deverão ficar gravadas com cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade, devendo os imóveis serem utilizados exclusivamente para os objetivos inerentes à administração pública municipal, sob pena de reversão dos imóveis ao patrimônio do Estado do Paraná, sem reservas de quaisquer direitos ou ressarcimentos.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.05.2005.

(a) ANDRÉ VARGAS

### **JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto de lei visa devolver ao Município de Borrazópolis, os lotes urbanos que foram doados ao Estado do Paraná por leis municipais, no sentido de viabilizar as obrigações constitucionais previstas nas Constituições anteriores à Constituição de 1988 e suas emendas, que transferiram aos Municípios várias obrigações, que eram exclusivas do Estado, como: a saúde, a educação, etc.

Os Lotes de nºs 11 ao 19, da quadra 77, Matrícula 3.450 de 26/12/1977, da Comarca de Faxinal, foram doados à FUNDEPAR - Fundação Educacional do Estado do Paraná, pela Lei Municipal nº 214/78, para a construção de 12 (doze) salas de aula do Grupo Escolar Dom Bosco, hoje, Escola Municipal Dom Bosco, para atendimento do ensino fundamental.

O Lote nº 04 da quadra nº 28, Registro nº 29.527, de 19/07/1968 da Comarca de Apucarana, doado à Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural, de acordo com a Lei Municipal nº 01/67, onde funciona, até os dias de hoje o Centro de Saúde que se encontra em péssimo estado de manutenção, necessitando de reformas urgentes.

O Lote nº 13 da quadra nº 29, Matrícula nº 6.951 de 04/08/82, da Comarca de Faxinal, Município de Borrazópolis, doado ao Estado do Paraná, pela Lei Municipal nº 279/82, onde hoje, funciona o Conselho Tutelar, Posto do DETRAN e da Secretaria da Agricultura, onde era a antiga Delegacia de Polícia.

Sem a devolução desses lotes urbanos, o Município não poderá aplicar recursos próprios para reformas, ampliação e manutenção das benfeitorias construídas sobre os mesmos.

PROJETO DE LEI Nº 247/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### **D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Funcionários do IAPAR - (AFI), com sede em Londrina, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.05.2005.

(a) ANDRÉ VARGAS

### **JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto de lei visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Funcionários do IAPAR (AFI), com sede na Cidade de Londrina.

O IAPAR, é um dos maiores centros de referência não só de pesquisa e da agricultura brasileira, mas acima de tudo é uma instituição que leva o nome do Paraná a todos os centros de excelência em pesquisa agrícola do Brasil e do Exterior.

O sucesso de inúmeras iniciativas, pesquisas e processos do IAPAR, devem-se muito a seus abnegados pesquisadores e funcionários, que são os pilares principais para que a grandeza, do mesmo, seja reconhecida por toda a sociedade londrinense e paranaense.

Nada mais justo, pois, que reconhecer-se de Utilidade Pública a associação desses profissionais que tantas alegrias têm dado à agricultura de Londrina, do Paraná e do Brasil.

PROJETO DE LEI Nº 248/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### **D E C R E T A :**

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Imbaú, áreas de terras com

8.040m2, matrícula nº 9.290, da Comarca de Telêmaco Borba localizado à margem da Rodovia do Papel, Município de IMBAÚ, Estado do Paraná.

Parágrafo Único - A doação do imóvel, a que se refere o *caput* deste artigo deverá ficar gravada com cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade, devendo o imóvel ser utilizado exclusivamente para os objetivos inerentes à administração pública municipal, sob pena de reversão dos imóveis ao patrimônio do Estado do Paraná, sem reservas de quaisquer direitos ou ressarcimentos.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.05.2005.

(a) ANDRÉ VARGAS

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa devolver ao Município de IMBAÚ, essa área de terras com 8.040,00m2 (oito mil e quarenta metros quadrados) que foi doada pela Prefeitura de Telêmaco Borba, antes da emancipação do Município de Imbaú, para o DER (Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná), em 1983, para uso exclusivo, mas faz aproximadamente, dez anos que o DER desativou o pátio de máquinas, localizado nesta área de terras.

A Prefeitura do Município de Imbaú utilizará essa área, para construir o Parque Municipal de Máquinas.

#### PROJETO DE LEI Nº 249/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído incentivo fiscal destinado a estimular as pessoas jurídicas domiciliadas neste Estado que, na qualidade de empregador:

- a) gerem novos postos de trabalho para emprego de jovens na faixa etária de 18 a 24 anos;
- b) possuam pelo menos 30% (trinta por cento) de seus empregados com idade superior a 40 anos;

Parágrafo Único - O incentivo fiscal de que trata o *caput* não se estende à pessoa jurídica inadimplente para os tributos estaduais relativamente a créditos tributários que não estejam com a sua exigibilidade suspensa.

Art. 2º O incentivo fiscal de que trata esta lei, a ser usufruído por parte da pessoa jurídica que cumprir o disposto no artigo anterior, consistirá:

I - para as pessoas jurídicas contribuintes do ICMS, na dedução mensal de R\$ 200,00 (duzentos reais) do ICMS a recolher, para cada posto de trabalho ocupado por empregado contratado nas condições previstas no artigo 1º, limitado a 30% do saldo devedor mensal do ICMS a recolher;

II - para as pessoas jurídicas contribuintes do IPVA, na dedução anual de R\$ 480,00 (quatrocentos e

oitenta reais) do IPVA devido, para cada posto de trabalho ocupado por empregado contratado nas condições previstas no artigo 1º.

§ 1º Para os fins do disposto no:

a) inciso I, o valor do crédito outorgado deverá ser lançado diretamente no campo "Outros Créditos", do livro Registro de Apuração do ICMS;

b) no inciso II, o valor do crédito outorgado de IPVA deverá ser requerido à repartição fiscal do domicílio tributário do requerente, com indicação do veículo automotor em relação ao qual deverá ocorrer a correspondente dedução, mediante a apresentação de:

1. cópia reprográfica do certificado de Registro e Licenciamento de Veículo;

2. documentos comprobatórios do cumprimento dos requisitos legais.

§ 2º Deverão ser mantidos à disposição do Fisco os documentos comprobatórios da existência do contrato de trabalho correspondente ao benefício utilizado, bem como, se for o caso, de que 30% dos empregados possuem idade superior a quarenta anos.

Art. 3º O Poder Executivo procederá à regulamentação da utilização dos incentivos fiscais instituídos nesta lei no prazo de 120 dias a contar da sua publicação, e a promover, no orçamento vigente, as alterações necessárias para a sua implementação.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.05.2005.

(a) RENI PEREIRA

#### JUSTIFICATIVA:

A questão do emprego, ou melhor, do desemprego no Brasil, assumiu proporções inimagináveis, projetando um futuro nada promissor aos milhões de jovens e cidadãos carentes de oportunidades de trabalho.

Esperar o reordenamento econômico, dependentes de conjunturas internacionais complexas e demoradas, além das negociações internas nem sempre possíveis, apenas fazem aumentar o desespero e a angústia daqueles que estão privados de meios de sustento para si e seus familiares.

Cabe-nos pensar e propor medidas que minimizem ou atenuem o sofrimento desses cidadãos.

A medida ora proposta pretende ser um agente catalizador de oportunidades, dando como contrapartida uma diminuição do custo tributário àqueles que se dispuserem a aderir.

### *Pequeno Expediente:*

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Barbosa Neto.



## ***Deputado Barbosa Neto (PDT)***

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Não posso acreditar que a decisão do Governador de extinguir o Grupo Águia da Polícia Militar, um os mais importantes no Serviço de Inteligência da PM, tem a ver com a prisão do Tenente Coronel Valdir Copetti Neves.

O Águia, que prestou um serviço essencial ao povo paranaense combatendo o crime organizado, de uma hora para outra o Governador acorda com o pé esquerdo e termina com esse serviço que dentre as suas várias atribuições fazia cumprir as reintegrações de posse quando determinado pela Justiça. Disse o Governador Roberto Requião, bem ao seu estilo, ontem, na cidade de Rolândia: “Não quero organização de bandidos dentro da Polícia.” Que justificativa mais banal é essa do Governador do Estado? De novo esta velha ladainha do discurso apocalíptico em defesa da integridade, dos bons costumes. O que o Governador quer mais? Esta Casa já aprovou a reforma do Estatuto da Polícia e o Governador não muda o seu discurso!

Até agora, depois da aprovação dessa reforma, não vi nenhum policial corrupto ser expulso da Corporação! Por que o Governador não exclui o corrupto? Por que não purifica, não expurga do Grupo Águia - se é que existe realmente esta banda pobre dentro dele - ao invés de dar um remédio numa dose muito grande que acaba matando o doente? De que necessita mais o Governador? O que mais ele precisa desta Casa? Nós discutimos, aprovamos, aperfeiçoamos, mas o Governador está sendo sonífero, até repetitivo. Novamente a culpa é da banda podre da Polícia do Paraná.

Como se ele estivesse, Deputado Scarpellini, na sala de justiça esperando a criptonita como um super homem numa cruzada contra os malfeitores! Chega de brincar de governar... vamos à ação, vamos à prática! Ele mesmo que criou uma verdadeira KGB dentro do Palácio Iguaçu com esta atitude, parece que quer ter o monopólio da arapongagem!

Inclusive nós pedimos que a tecnologia seja uma alavanca da Polícia para combater a criminalidade; essa é a tendência mundial, especializar-se, compartimentar-se para melhorar e combater o crime organizado principalmente!

Mas, insisto novamente, Governador que V. Exa. retire a banda podre da Polícia mas não termine com o Grupo Águia! E aí o Governador disse: “os policiais militares agora vão ter que ir para a rua, trabalhar como qualquer outro policial, sem privilégio.” Mas que privilégio é esse, Sr. Presidente, que têm os policiais? Eles estão arriscando a vida numa operação de alta periculosidade. privilégio temos nós, cidadãos de bem, que temos a cobertura de um grupo especializado para combater a alta periculosidade!

Meu Deus do Céu! Temos que atacar a criminalidade com competência. Será que é porque o Grupo Águia cumpria as reintegrações de posse com mandado judicial contra os sem-terra é que o Governador quer acabar com ele? Será que é porque o Tenente Valdir Copete Neves foi acusado de fazer parte de um grupo armado para combater os sem-terra? Eu não acredito!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Marcos Isfer.

## ***Deputado Marcos Isfer (PPS)***

O SR. MARCOS ISFER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna na data de hoje a respeito de audiências públicas que o IBAMA pretensamente teria realizado no Estado do Paraná e Santa Catarina. Por que digo pretensamente? Porque essas audiências não foram levadas a cabo, mas, o Secretário Geral do Ministério do Meio Ambiente mandou uma reportagem, um release a todos os jornais dizendo pura e simplesmente que sempre que possível, as residências, as indústrias, as criações, as plantações inclusive de espécies exóticas foram deixadas de fora dos limites das unidades de conservação de proteção integral. Com exceção da área de proteção ambiental, terras privadas no interior das demais áreas foram protegidas e ainda poderão ser desapropriadas. Por que digo isso? Porque tive participação naquilo que o Sr. Secretário do Meio Ambiente chama de tumultos, realizados na audiência na Cidade de Palmas, na cidade de Serra Talhada, no Município de Abelardo Luz, onde não deixaram que essas audiências ocorressem.

Da mesma forma essas audiências só aconteceram em Imbituva e em Ponta Grossa, porque iludiram, não deram prazo para que a população pudesse discutir.

A população foi iludida e levada a uma audiência pública onde se discutia a criação de parques e reservas naturais.

Ora, senhores, fala ainda o Secretário que tem uma pesquisa que diz que nos Estado de Santa Catarina e do Paraná, 97% da população é a favor da preservação das Araucárias do Bioma. E quem seria contra, senhores? Não consigo encontrar ninguém que seja contra a preservação, mas não consigo, em contrapartida, aceitar essa prepotência do Governo do PT. Um Governo que veio para ser popular, para ouvir a população, um Governo que dizia ter muito respeito pelo pensamento da sociedade organizada, e que neste momento, sem respeitar, sem ouvir a ninguém, vem com audiências prontas, com as áreas já determinadas, dizendo que vão pagar o valor da terra nua, que essas desapropriações acontecerão pelo valor da terra nua. Isso não é desapropriação, isso é espoliação, isto é assalto à propriedade.

Lembrem-se os senhores que, aqui no Estado do Paraná o Governador Requião, quando quis criar o Parque Metropolitano mandou um projeto de lei a esta Casa, que foi aprovado pelos Srs. Deputados, a indenização paga, discutida com a família Cury exaustivamente até acontecer o seu pagamento. Em contrapartida vem o IBAMA e diz que fez essas vistorias. Sabem os senhores o que dizem os proprietários? Que quando eram visitados pelos técnicos eles lhes diziam que estavam lá para ver reserva legal daquela área, para definir o que é que poderia ser feito. Ninguém lhes disse que as suas terras seriam desapropriadas, que em torno dessas áreas não poderia ter determinadas atividades industriais e agrícolas e tudo isso, senhores, sem haver respeito à população.

Diz aqui o Sr. Secretário do Ministério do Meio Ambiente, que foi ouvida a população. Que população foi ouvida, Sr. Secretário, se das cinco audiências públicas, três não se realizaram? Não se realizaram porque lá estava a população! As duas primeiras se realizaram com o Prefeito de Imbituva sabendo da audiência pública duas horas antes da reunião.

Sr. Presidente, requeiro o Horário da Liderança do PPS, se V. Exa. puder conceder-me.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Tem V. Exa. o Horário do PPS.

## ***Passa a usar o Horário da Liderança do PPS***

O SR. MARCOS ISFER

Em Ponta Grossa levaram estudantes, levaram a todos e perguntaram se deve haver preservação. É lógico que deve, mas não se discutia a forma de preservar. Ninguém é contra a preservação. O que tem que haver é justa valorização, porque essas áreas são aquelas fruto de posses ou propriedade centenária que o seu proprietário, há muitos anos, vem mantendo. Mantém em bom estado de conservação e é uma pena que não esteja aqui, por exemplo, o Deputado Nelson Justus que eu sei que é uma pessoa que gosta de carros antigos, porque eu iria lhe perguntar qual é a diferença entre um carro antigo em bom estado de conservação e um carro antigo totalmente destruído. Lógico que um tem um valor e outro tem outro.

Ora, se querem criar parques, se acham que há necessidade e nós da sociedade achamos que é necessário, pague-se o valor devido, façam-nos com o devido respeito! Levem em conta que essas áreas não só têm o seu valor industrial, o seu valor agrícola, o seu valor de terra, mas têm, antes de tudo, o seu valor primordial, que é o valor da raridade, Deputado Neivo, o valor da raridade! São pouquíssimas áreas que ainda se prestam a manter o bioma da Mata Atlântica no Estado do Paraná, mas o IBAMA ao invés de ir fiscalizar, de cumprir o seu papel democrático que tanto esperávamos do PT, de reu-

nir os proprietários, conversar, discutir as suas áreas não! Pura e simplesmente diz que dá por encerradas, Deputado Rossoni, as audiências públicas e já manda em seguida, um cronograma se realizar em Campos do Jordão, aonde a Ministra já anuncia a assinatura desses parques e dessas reservas. Que governo democrático é esse? Com quem estamos lidando? Sequer no Governo militar se fazia na mão grande como se busca fazer hoje. Preservar é necessário, preservar é importante. Toda esta Assembléia, tenho certeza, pensa desta forma, mas nós não vamos deixar, Deputado Rossoni, de forma alguma, que essas coisas sejam feitas arbitrariamente, que se realizem sem haver a consulta popular.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

V. Exa. concede-me um aparte?

(**Assentimento**)

Deputado Isfer, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento oportuno, num momento em que nós vivemos um problema gravíssimo e quando V. Exa. coloca a questão do PT é importante frisar que ao citar o Partido, é porque esses chefes de órgãos são nomeados pelo PT e a grande crítica da imprensa nacional vem em cima do apadrinhamento de funcionários pelo Partido político que pouco entende de onde estão sendo nomeados. Talvez esteja aí a grande falha que está acontecendo na questão ambiental.

Sempre refiro-me e reporto-me a esta questão, porque estamos na verdade, o setor produtivo hoje, sendo tratados de uma forma desrespeitosa e, se continuar essa atual situação, o que vai ocorrer? Se não pudermos trabalhar, não poderemos produzir. Essa questão ambiental tem que ser respeitada. Ninguém está querendo destruir a Mata Atlântica. Agora, tem que encontrar um meio, uma forma de deixar o setor produzir.

O que está ocorrendo hoje, no Paraná?

Não estão deixando plantar!

Tenho ouvido muito uma inserção da Empresa Zatta, quando ela diz: nós estamos plantando o Paraná.

Há muitos paranaenses querendo plantar o Paraná, mas, na verdade, a dubiedade, as ações do IBAMA, do IAP, desses órgãos, eles mesmos não se entendem nas suas ações. Por essa razão, somo-me a V. Exa. e, acredito que só vamos resolver esse problema entrando no campo da justiça, porque essas audiências públicas não aconteceram. Não podemos nos calar.

Obrigado.

O SR. MARCOS ISFER (PPS)

Só queria reler neste documento enviado pelo Secretário do Meio Ambiente, que diz o seguinte: “a proposta foi apresentada a todos os setores interessados durante consultas públicas realizadas no Paraná e Santa Catarina, entre os dias 18 e 27 de abril. Os debates foram promovidos pelo Governo em cumprimento da legislação e contaram com a ampla participação popular reunindo em média quinhentas pessoas por encontro. Durante as

consultas não houve qualquer contestação consistente quanto aos estudos realizados para a criação das áreas protegidas”.

Senhores, isso é uma mentira! Não só três encontros não se realizaram, como em todos que se realizaram houve contestações consistentes. Diz ainda o release do Sr. Secretário do Meio Ambiente: “durante os encontros foram oferecidas informações detalhadas sobre as propostas e ouvidas sugestões e críticas de vários segmentos sociais para o aprimoramento das áreas protegidas”.

Novamente é mentira!

E diz ainda aqui: “apesar de tumultos ocorridos nas consultas realizadas nos Municípios de Palmas, Abelardo Luz e Ponte Serrada, a ampla maioria da população é favorável à proteção”.

Lógico que a ampla maioria é favorável. Agora, não foi um tumulto. O que não aconteceu foi audiência pública! Não se realizou porque a população impediu que se realizasse de forma arbitrária! Aqui diz ainda: “com uma série de consultas públicas encerradas, o Ministério e o IBAMA reunirão as sugestões e críticas da população e farão ajustes”.

Mentira novamente, porque já está sendo e acontecendo em Campos do Jordão uma reunião para a criação dessas áreas. Então, não há discussão, é tudo mentira!

Mas, diz aqui: “no dia 4 de maio, amanhã, o Ministério debaterá o assunto diretamente com os Governadores de Santa Catarina e do Paraná, para, em seguida, as propostas serem encaminhadas à Presidência da República”.

Quero aqui deixar um pedido ao Governador do Paraná e ao seu colega de Santa Catarina. Sei que em Santa Catarina, não só a Assembléia toda já se mobilizou e aprovou por unanimidade uma moção de repúdio a essas audiências públicas realizadas de forma arbitrária e, que estaremos propondo nesta Assembléia também, uma moção de repúdio, como sei que lá até mesmo o Governador é contrário à forma como estão sendo criadas.

Quero pedir também ao Governador Requião, um homem democrata por excelência, uma pessoa que em todos os momentos ouve a comunidade e a sociedade antes de tomar uma decisão. Já citei o exemplo do nosso Parque Metropolitano, a forma como foi criado. Espero que todas essas áreas, todos os parques a serem criados no Paraná, sejam feitos de forma democrática, porque assim, tenho certeza, Deputado Dobrandino, Líder do Governo nesta Casa, estaremos dando a resposta que o povo paranaense espera. O povo paranaense quer produzir, quer preservar e conservar, mas quer ser tratado com muito respeito em relação às suas áreas. Tenho certeza, é isto o que desejamos.

Quero pedir ao Líder do PT nesta Casa, Deputado Tadeu Veneri, por favor, encaminhe a indignação do povo do Sudoeste, do povo do Centro-Sul do Paraná, com a forma como essas audiências foram realizadas. Tenho certeza que não deve ser esta a orientação, mas, como bem já foi dito, alguns técnicos realistas demais estão

atropelando e estão fazendo com que, infelizmente, a população tenha uma imagem do Governo que não é aquela que gostaríamos de ter.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Antes de passar a palavra para o próximo orador, gostaríamos de registrar a presença do ex-Prefeito de Guarapuava, Vítor Hugo Burko, em nome do Deputado Pastor Edson Praczyk.

Em nome da Deputada Cida Borghetti, registrar a presença dos Vereadores do Dr. Camargo: Erlon Moretti, Luiz Montaja e Pastor Joel Cavalheiro; e do Prefeito Celso, de Iguaçu.

Muito obrigado pelas ilustres presenças, na tarde de hoje.

Com a palavra o Deputado José Domingos Scarpellini.

O SR. TADEU VENERI (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, posso interromper um minuto? Apenas para comunicar que estão aqui os profissionais da área de dança e nós, de acordo com o Presidente desta Casa, vamos fazer, em nome de toda a Assembléia Legislativa, uma moção para que o projeto que está para ser votado amanhã tenha o parecer favorável e que os profissionais da dança não precisem estar registrados e cadastrados, como quer o Conselho de Educação Física. Esta vai ser a moção da Assembléia Legislativa.

Muito obrigado, Deputado Scarpellini.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Devidamente comunicado.

Agradecemos a presença dos profissionais da dança que aqui estão e conforme relato do Deputado Tadeu Veneri, esta Assembléia Legislativa tomará as providências necessárias neste sentido.

**Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)**

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Quero agradecer a presença das senhoras e senhores, e dizer que vendo vocês, lembrei-me mais do povo do Paraná, que acreditando na estória de que o pedágio iria acabar, dançou de novo. Acreditando que o Porto de Paranaguá iria ser um porto ágil e eficiente, juntamente com o povo de Paranaguá, dançou do novo. O povo do Paraná não merece tanta dança com tão pouca arte, como esta que o Governador Requião vem impondo aos paranaenses.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ontem, o Deputado Rossoni, Líder da Oposição nesta Casa, fez um pronunciamento que colocou as coisas no seu devido lugar, dizendo da atuação do secretário da Segurança neste Estado e do consentimento do Governador para as ações de prevaricação, que constantemente

são praticadas no Governo do Paraná. O Deputado Rossoni colocou o caso que envolve o irmão do Secretário da Segurança, filho do Ouvidor-Geral do Estado do Paraná, num caso típico de tráfico de drogas.

O Delazari, acadêmico de Direito, juntamente com um advogado, dirige-se à Penitenciária do Ahu, para levar roupas a um preso. Estes são os fatos. E vai à Penitenciária, apresenta-se como acadêmico de Direito, com advogado, com a OAB em dia, tudo bem. “Viemos visitar um preso e queremos entregar a ele essa roupa”. E aí a Polícia examina-os e os deixa entrar. De repente um policial desconfiou de alguma coisa e disse: “Dê-me essa peça de roupa”. Pega a roupa e vê que ela tem alguma coisa a mais na barra da calça, na dobra embaixo. E examinando constata que ali tem alguns objetos sólidos abre e eis que se depara com uma quantidade de cocaína. Se a cocaína era pura ou não, não se sabe porque não chegou ao PROCON nenhuma reclamação.

O Delazari, filho do Ouvidor, irmão do Secretário da Segurança, é conduzido com o advogado para o 4º Distrito Policial, e lá Dra. Baggio ao invés de lavrar o flagrante, faz apenas um termo circunstanciado e encaminha uma peça manca, falha, sem ter conduzido para aquele inquérito policial as provas e os elementos de provas que deveriam estar ali. A justiça pura e simplesmente arquiva, não dando seqüência a um processo por tráfico de drogas, o artigo 12. E não era um simples tráfico de drogas, era cocaína dentro da Penitenciária Pública Provisória do Ahu, aonde devem ser recolhidos as pessoas que estão envolvidas em delito.

#### **O Sr. Ademar Traiano (PSDB)**

V. Exa. me concede um aparte?

**(Assentimento)**

Ouvi o pronunciamento do Deputado Valdir Rossoni ontem, e V. Exa. volta ao assunto hoje, e realmente os paranaenses devem estar estarrecidos. Manifestações dos Parlamentares da Situação ontem em defesa do Secretário, e eu não quero entrar no mérito até porque isso é uma questão de justiça, quem deve apurar o fato é a justiça, mas é um fato constatado, é um fato consumado, há evidências claras de tudo aquilo que aqui foi relatado, a legislação sobre isso é muito clara.

Com certeza as providências serão tomadas, e o que se observa, não tenho a menor dúvida, até porque atuei nesse meio por muito tempo como profissional, como advogado que sou, comecei muito jovem ainda a minha militância nesta área, tenho consciência daquilo que ocorre nesse meio, nesse submundo, lamentavelmente tem que se afirmar isso, das nossas Delegacias de Polícia, dos conchavos, dos acertos; e que se tem com muita clareza hoje, Srs. Deputados, diante de denúncia trazida aqui pelo Deputado Valdir Rossoni na tarde de ontem, e hoje V. Exa. volta ao assunto, que o que se tem com clareza é que houve um grande acerto, um acerto pela influência das pessoas que no momento estavam envolvidas: Delegado, Secretário hoje da Segurança, pai

do Secretário que era o responsável pela PIC envolvendo um familiar seu.

Quero crer que o tráfico de influência foi muito grande e acabaram acobertando um fato, arquivando um processo que instaurou na Delegacia de Polícia e, imediatamente, pela influência das pessoas, tomaram essa decisão pelo arquivamento.

Com certeza, se fosse um cidadão comum estaria apodrecendo nas grades. É importante que esta Casa tome as providências e que comunique esse fato ao Ministério Público para que se apure a responsabilidade do Delegado da época, enfim de todas as pessoas envolvidas. Isso não pode ficar imune.

Muito obrigado!

#### **O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)**

Ouvi ontem o Deputado Nereu Moura dizer que estávamos criando uma fumaça. O crime é de tráfico, mas não de maconha, era de cocaína. Então, não tem fumaça.

Estamos querendo trazer à tona que se cobriu um crime de tráfico.

#### **O Sr. Barbosa Neto (PMDB)**

O artigo 12 da Lei nº 6.368 prevê: “importar ou exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda ou oferecer, fornecer ainda que gratuitamente, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar ou entregar de qualquer forma a consumo substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica sem autorização, em desacordo com a determinação legal ou regulamentar. Pena: reclusão de três a quinze anos e pagamento de cinquenta a 360 dias multa.”

Se não fosse irmão do Secretário da Segurança estaria mofando até agora atrás das grades.

Concordo com o Deputado Ademar Traiano: tráfico de entorpecente e tráfico de influência.

Muito obrigado!

#### **O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)**

Exatamente isso o que aconteceu.

Não gostaria de estar aqui tratando desse assunto, se não fosse tão grave o acobertamento feito e praticado na época. E a falta de apuração pela Delegada Dr. Baggio, que acredito deve também ser responsabilizada na seqüência.

Vamos encaminhar ao Ministério da Justiça em Brasília, pedindo que tome as providências. Porque o crime de tráfico de droga é um crime federal. Não podemos deixar que isso fique na esfera da polícia do Paraná.

Com relação ao Sr. Eduardo Requião que, por denúncia da sua irmã Sra. Lúcia Requião que disse que ele está se apropriando do dinheiro da varredura, da sobra que tem lá no Porto de Paranaguá. E o ilustre Bill Clinton de Paranaguá o Dr. Eduardo Requião de Mello e Silva não comparece nesta Casa e manda uma carta pedindo retratação.

Queremos dizer ao Dr. Eduardo Requião que não há retratação e que vamos levar adiante o pleito de fiscalização. Não só a ele, como a todos aqueles que exercem cargos no Governo Roberto Requião. Porque se formos levar a efeito uma fiscalização só na família do Governador Roberto Requião vamos tomar conta do nosso tempo, pois tem mais de vinte membros da família nomeados nos melhores cargos do Paraná. Será que é por competência?

Falam tanto do Severino lá em Brasília, precisava aqui o Deputado Tadeu Veneri, que está entrando com essa emenda, que nós inclusive também subscrevemos, saber, se caso essa emenda for aprovada, se o Governo do Paraná vai ser desmontado, porque sem a família Requião acaba o Governo, porque é só a família dele que está no Governo. Portanto vamos levar à frente, vamos levar adiante, nada nos fará voltar atrás.

Quero agora abrir um parêntese direto a Sua Excelência o Governador: o senhor sabe que não volto atrás e que vou até o final. Nós já fomos juntos em 90. Você se lembra Governador?

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Sr. Deputado Tadeu Veneri.

### ***Deputado Tadeu Veneri (PT)***

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Teremos, no dia de hoje, um veto que é, na verdade, o item 01 da nossa pauta. Para não termos que fazer a discussão quando da sua votação, solicitei inscrição neste horário, porque me parece, Srs. Deputados e gostaria que o Presidente, se o Deputado Augustinho Zucchi estiver presidindo no momento, possa nos esclarecer o porquê desse veto estar na pauta hoje, porque se refere ao Projeto de Lei nº 307/2003 que, na verdade, está como autoria do Deputado Tadeu Veneri, mas é da Bancada do Partido dos Trabalhadores, de outros Deputados e eu assino junto e por isso estou relacionado.

Esse veto é um veto à lei que diz respeito aos transgênicos. Entretanto, essa lei já foi considerada inconstitucional, já foi notificado no dia 27 de outubro de 2003 que foi votada essa lei, o veto também é da mesma data. No dia 07 de abril de 2005 foi notificado ao Presidente da Assembléia Legislativa que essa lei é inconstitucional. O que chama a atenção é que estaremos votando, se não foi retirado, um veto a um projeto de lei que levou o nº 14.162, que já foi sancionado. Essa lei já foi sancionada e cria-se agora uma situação absurda, porque imaginemos que pudéssemos derrubar esse veto que, acredito, não vai acontecer, absolutamente, mas imaginemos que pudéssemos, como é que vamos derrubar um veto de uma lei que não existe?

Então, solicitaria à Casa e à sua assessoria, até para que não tenhamos problemas posteriores, que olhasse qual é o encaminhamento que vamos ter que dar, porque me parece que não poderemos votar, justamente porque estamos votando um veto de uma lei que não existe mais. Até me preocupa, porque esse veto é de 2003 e como que estamos votando se sabemos, inclusive pelo nosso Regimento Interno, que os vetos, quando recebidos na Casa, têm trinta dias para serem votados?

Talvez tenha havido um equívoco da assessoria jurídica da Casa e tenha colocado esse veto fora de tempo, fora de prazo, aliás, deveria ter sido votado em 2003, não poderia ter sido votado quase dois anos depois, muito menos numa situação em que a lei a qual se refere esse veto já nem sequer mais existe. Então, Deputado Zucchi, uso este horário até para que possamos esclarecer aos Srs. Deputados para que, quando da votação, não precisarmos refazer esse debate, e possamos esclarecer aos Srs. Deputados que esse veto é absolutamente fora de qualquer contexto.

Como falei anteriormente não há como você votar um veto a uma lei que levou o número 14.162, de 27 de outubro de 2003, que teve no dia 06 de abril de 2005, julgamento de pleno e foi julgado procedente o pedido de Ação Direta de Inconstitucionalidade, que foi movida aqui pela bancada de Oposição desta Casa. No dia 11 de abril de 2005 teve comunicada a sua decisão por ofício, ao Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Quero crer que devamos refazer não a pauta, mas que essa votação deva ser repensada, Deputado Augustinho Zucchi. O veto deveria ter sido votado há dois anos atrás ou há um ano e meio atrás.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Tadeu Veneri, tenho alguma coisa para esclarecer com relação a essa questão.

Em primeiro lugar, deveremos votar o veto porque tem 45 dias para ver apreciado. É um veto parcial. Não há como retirar de pauta. Teria que votar. Proceda a colocação de V. Exa.

O SR. TADEU VENERI (PT)

O que estou colocando, Deputado Augustinho Zucchi, o senhor esclareceu que temos que votar, mas que é uma situação bastante diferente daquilo que é habitual. Estamos votando um veto um ano e meio depois do que deveria ser votado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exa. fará uso do Horário da Liderança do PT.

### ***Passa a usar o Horário da Liderança do PT***

O SR. TADEU VENERI

Obrigado, Presidente, Augustinho Zucchi.

Faço aqui uma solicitação à Mesa, na pessoa do Presidente Augustinho Zucchi, para que tenhamos o esclarecimento de quando vamos votar alguns vetos que já vieram a esta Casa há mais de trinta dias, para que não incorramos - vamos solicitar ao Presidente Hermas Brandão -, nos mesmos problemas que estamos tendo agora. Além dos vetos que temos hoje, temos os apostos ao orçamento e estamos quase votando a LDO e ainda não apreciamos os vetos do orçamento do ano passado. Como vamos votar a LDO se temos os vetos, por exemplo, um deles, uma emenda que foi feita pela bancada do Partido dos Trabalhadores e de outros partidos - Deputado Marcos Isfer, o senhor que é o relator do orçamento desta Casa -, que diz respeito à cultura.

Tínhamos um valor de doze milhões que havia sido estabelecido para a cultura, que foi vetado, mas que até agora não foi colocado para a votação. Queremos antecipar esse debate, porque vamos votar a LDO na sequência e não podemos votá-la sem votarmos os vetos, porque seria uma coisa absolutamente fora de qualquer contexto.

Concedo um aparte ao Deputado Ratinho Júnior.

#### **O Sr. Ratinho Júnior (PPS)**

Obrigado, Deputado Tadeu Veneri.

Muito inteligente essa sua observação, Deputado. Isso não vem acontecendo apenas nas questões dos vetos. Tem acontecido aqui na Casa, principalmente na Comissão de Constituição e Justiça, alguns projetos de lei que são apresentados com leis que já existem, que já estão em vigor. Foi por isso que montamos e fizemos um requerimento, que foi aprovado, para se fazer a consolidação das leis do Estado do Paraná. Hoje está muito desorganizada essa questão e essa consolidação vem para melhorar o andamento desta Casa de Leis, para facilitar o trabalho dos Deputados, estudantes, professores e universidades.

Hoje temos, após a Constituição formada, mais quinze mil leis no Estado do Paraná, muitas delas estão em vigor, outras não mais. Muitos Deputados fazem projetos de lei que já existem. Tivemos essa idéia de fazer a consolidação. Essa observação foi muito bem feita, por estarmos votando isso hoje.

#### **O SR. TADEU VENERI (PT)**

Deputado Ratinho Júnior.

Sr. Presidente, nessa mesma ocasião entrei em contato com o Deputado Marcos Isfer, respondendo aos questionamentos que ele fez com relação às audiências públicas realizadas em Palmas, que através da liderança entraremos em contato com o Dr. Marino do IBAMA e vamos marcar ainda nesta semana, se assim for possível pela agenda do IBAMA, uma audiência com o Dr. Marino para que possamos esclarecer e ouvir o outro lado. Acho que o Deputado Marcos Isfer trouxe aqui toda uma série de questionamentos da forma como foram feitas as audiências; há algumas afirmações que acho que são absolutamente fora de contexto, não me parece que a

questão de mérito ou de competência do Governo esteja sendo julgada por este ou por aquele, por esta ou por aquela ação - acho que temos que olhar o contexto como um todo.

E justamente para que possamos entender é que estamos buscando, através da assessoria da Liderança do Partido dos Trabalhadores, ainda nesta semana, uma audiência com o Dr. Marino para sabermos exatamente qual procedimento está ocorrendo e o porquê desse procedimento com relação às audiências públicas e aos parques que estão sendo instalados na região da Lapa com relação ao bioma que diz respeito à Mata Atlântica.

Era isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados!

#### **O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Ademar Traiano.

### ***Deputado Ademar Traiano (PSDB)***

#### **O SR. ADEMAR TRAIANO**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Antes do meu pronunciamento, quero registrar a presença nesta Casa de amigos nossos, companheiros, Vereadores do Município de Goioerê, que se fazem presentes nesta Sessão: Vereador José Lopes, Presidente da Câmara Municipal de Goioerê; Vereador Agostinho Paron; Vereadora Eva Adélia; e o radialista da rádio de Goioerê, Gerson de Brito. Alegria de tê-los nesta tarde prestigiando a Sessão do Parlamento estadual!

Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Uso a tribuna na tarde de hoje para fazer mais um registro das fantásticas, extraordinárias trapalhadas do nosso Presidente Lula.

Lamentavelmente, depois de investido do cargo de Presidente, a Nação brasileira, através da imprensa, tem mostrado aos brasileiros e ao mundo as suas inúmeras trapalhadas e as gafes cometidas por ele. Vou ater-me a uma delas, mais recente. Declarações feitas pelo Presidente Lula nos veículos de comunicação do nosso País, quando dizia aos nossos empresários brasileiros que reclamavam e queixavam-se das taxas de juros, que era necessário que tirassem o traseiro das cadeiras para irem aos bancos oficiais procurar taxas de juros diferenciadas para as empresas brasileiras. E agora, na noite de ontem, presenciei de uma forma horrorizada mais uma manifestação do Presidente Lula com relação a este segmento que gera emprego, que gera divisas, que aumenta a economia, que faz com que o nosso País coloque-se em uma posição privilegiada no contexto nacional e internacional, que é o nosso empresariado.

Disse ontem o Presidente Lula, nos veículos de comunicação, quando a Rede Globo mostrou uma reportagem com relação aos produtos vindos da China, da problemática que está ocorrendo no Brasil, mais especificamente na área têxtil, das dificuldades que estão

criando para o empresariado. Já com a queda do dólar estamos presenciando o fechamento de inúmeras empresas na área de confecção de calçados e agora se agrava ainda mais essa situação com relação à área têxtil no Brasil. E a Globo mostrou isso com muita propriedade, e o Presidente Lula vem nos veículos de comunicação dizer aos brasileiros e aos empresários que têm que parar de reclamar, parar de chorar, que têm que ser mais criativos, têm que modernizar o seu parque, a sua área industrial na área têxtil, Deputado Dobrandino, para poder competir com o mercado chinês!

Ora, é lamentável ouvir isso do Presidente Lula, do mandatário máximo da Nação brasileira, porque quem cria as oportunidades a esse segmento, ao empresariado brasileiro, quem propicia a política de governo, não é o empresário, mas sim, o Governo Federal, através do Ministério da Fazenda, do Banco Central, que estabelece regras, que estabelece a política de juros. E, infelizmente, o que se observa neste País é que o Governo Federal não dá as condições...

### ***Passa a fazer uso do Horário da Liderança do PSDB***

...para que o empresariado brasileiro possa competir com o empresariado internacional. Mais especificamente, Deputado Neivo Beraldin, eu sei que V. Exa. é do ramo, vai entrar no assunto.

Nessa área têxtil que aqui no Paraná emprega milhares e milhares de pessoas - eu sou do ramo e conheço a realidade. Infelizmente, se o Governo brasileiro não tomar providências, vamos presenciar, muito em breve, o fechamento melancólico de inúmeras indústrias neste Estado e no Brasil, em função dessa abertura que o Presidente Lula deu ao empresariado chinês que vem aqui no Brasil, sem nenhum critério, massacrar os empresários brasileiros que trabalham de uma forma séria, que não têm condições de competir, porque os juros são extorsivos, a carga tributária é uma coisa que realmente envergonha o empresariado brasileiro. Lá na China, mostrou a Rede Globo ontem à noite, há um desbarate com relação àquilo que o Governo aplica ao empresariado brasileiro, Deputado Neivo Beraldin.

Concedo um aparte ao Deputado Neivo Beraldin, para que eu possa continuar o meu pronunciamento.

#### **O Sr. Neivo Beraldin (PDT)**

Agradeço o aparte e quero compartilhar com V. Exa. exatamente essa posição. Na China, o governo incentiva as empresas, dá incentivo fiscal, econômico, para a produção e, naturalmente, compete conosco aqui em uma condição desigual. No Chile, uma indústria para se instalar, começa a pagar o imposto depois que estiver pronta, funcionando. No Brasil, ela começa a pagar o imposto desde que coloca a pedra fundamental. E o Governo, e, olha, eu li na Revista Veja esta semana...

#### **O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PSL)**

Deputado Neivo, só para contribuir: sabe quanto por cento nesse início, sem funcionar? 30%!

#### **O Sr. Neivo Beraldin (PDT)**

30%. Então, uma empresa, vamos dizer, que custe cem mil reais, terá que gastar trinta mil antes de começar a faturar.

Essa entrevista na Veja mostra que o Chile é completamente diferente do Brasil. E que nós temos aqui uma supercarga tributária e que é gasta de forma exagerada com cargos públicos, são vinte e tantos Ministérios, no Estado são perto de trinta Secretarias, porque têm as Secretarias Especiais, tem não sei o quê, quando devíamos estar investindo na produção, verticalizando a mão-de-obra e agregando renda e emprego, e fomentando a economia.

Muito obrigado pelo aparte.

#### **O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)**

Agradeço, Deputado Neivo Beraldin, porque sei que V. Exa. é do ramo e conhece muito bem a problemática que o empresariado brasileiro está vivendo neste momento. É um disparate. E lamentavelmente o Presidente Lula deveria vir à Nação brasileira pelos meios de comunicação anunciar um programa de incentivo às indústrias nacionais que geram empregos. Este segmento é um dos que mais geram emprego neste País, o segmento da área têxtil. Lá na China, a Globo mostrou muito bem ontem, o imposto é único de 10%. Aqui, chegamos a uma carga tributária de 70, 80%. Não há como competir, Deputado Dobrandino, até porque um produto que fabricamos aqui, uma calça que se coloca no mercado, na faixa de 25, trinta reais, a China está trazendo a dez reais o mesmo produto! Por quê? Porque o incentivo lá é diferenciado por parte do Governo. E o Presidente Lula abre este mercado, está acabando com a indústria nacional, está desempregando, quando o seu grande discurso em campanha eleitoral era de geração de empregos e nós não estamos presenciando nada até o presente momento neste sentido.

Não há nenhum programa de motivação, de incentivo às indústrias nacionais com relação à facilidade de recursos financeiros para investimento da modernização do parque de máquinas das nossas indústrias. O que se tem é financiamento em curto prazo, enquanto lá na Europa, na Ásia, os governos financiam as indústrias que vão gerar emprego para investimento no seu parque fabril de máquinas, com prazo de quinze, vinte, trinta anos. Isto é incentivar o segmento produtivo num país. Não aquilo que vem fazendo o Governo brasileiro que, lamentavelmente, de uma forma triste, vergonhosa, limita-se apenas a fazer algumas declarações na imprensa nacional, jocosas até, que envergonham a todos nós.

Vi o Presidente da Federação das Indústrias em São Paulo, ontem, não admitir que o Presidente Lula venha chamar a atenção do empresariado brasileiro que

trabalha, que gera riquezas, que produz aqui os seus impostos para acomodar, quem sabe, aqueles que criaram milhares e milhares de empregos no Governo Federal, com cargos em comissão para apaziguar os seus companheiros políticos, porque o crescimento da despesa do Governo Federal em relação ao Governo Fernando Henrique Cardoso, triplicou. Exatamente isto que com certeza faz o Governo Lula neste País.

Não poderíamos deixar de fazer esse registro, até para que os paranaenses saibam que este é um momento difícil do segmento desse ramo têxtil no Paraná e no Brasil e as autoridades investidas do cargo, o Governador, a própria Assembléia, devem tomar as providências, encaminharem expedientes aos órgãos governamentais responsáveis pela política econômica deste País para que tomem providências no sentido de proteger aqueles que geram emprego e produzem a riqueza.

Muito obrigado, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

No Grande Expediente, com a palavra a Deputada Elza Correia.

(Ausente)

### ***Horário das Lideranças:***

Passamos ao Horário das Lideranças: PP, PL, PTB. (**Declinam**)

PDT. Com a palavra o Deputado Barbosa Neto.

Antes, porém, Deputado Barbosa Neto, queremos registrar com muita alegria a presença dos Vereadores do Paranavaí, Sr. Cláudio Porfírio de Deus, Adzar Karquin e Josias Zarelli. O registro está sendo feito a pedido do Deputado Antonio Anibelli e registrado também pela Mesa da Sessão de hoje.

Obrigado pela presença. Sejam sempre bem-vindos.

### ***Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto***

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Lágrimas nos olhos, medo no olhar e até óculos escuros para disfarçar o sofrimento e a insegurança. Todos os dias tenho esta constatação no saguão do aeroporto de Londrina quando encontro brasileiros, paranaenses, londrinenses que estão indo embora de nosso País em busca de um futuro melhor em outro continente.

São jovens, adultos, brancos, amarelos, negros que estão se aventurando em outras terras, já que aqui não encontram condições de vida digna para sustentar suas famílias através do trabalho.

Agora há pouco eu conversei com um jovem de 21 anos, formado em informática e uma jovem de 24 que

trancou o curso de Letras na Universidade Estadual de Londrina para ir embora para o Japão. Um jovem casal.

Todos os dias é essa rotina, às vezes para a Austrália, para os Estados Unidos, Itália, Inglaterra, para Portugal, na ante-sala do aeroporto os filhos ou os parentes ainda pequenos não têm a dimensão exata do que é isso, até deslumbrados pelo clima de um aeroporto, num pré-embarque, talvez ali com o som da aeronave, na emoção de dizer na escola amanhã: "meu pai viajou de avião. Eu fui para o aeroporto fazer uma visita". Mal sabem esses inocentes do futuro negro que é reservado aos seus pais ou seus familiares. Não há glamour nos romances que são escritos ou mesmo até nessa novela que a Rede Globo tenta passar, uma visão romantizada, da vida dura através do trabalho dos nossos brasileiros que buscam uma vida melhor fora do Brasil.

A imprensa mostrou que só na semana passada foram deportados para o Brasil 474 brasileiros que, numa aventura, tentaram cruzar a fronteira pelo México e estão sendo vilipendiados nos seus direitos. Lá, quando conseguem chegar, terão que passar por privações, fome, preconceito, longas jornadas de doze, quatorze, dezesseis, dezoito horas de trabalho, limpando banheiro, pintando, fazendo outra atividade subalterna. Pessoas que são aqui doutores, engenheiros que vão trabalhar como operários, médicos que vão trabalhar como baby-sitters e outras funções nas lanchonetes, nos restaurantes nesses grandes países, países de primeiro mundo.

Na verdade são escravos brancos, amarelos e negros, escravos do mundo moderno expulsos do nosso País que fazem o caminho inverso dos degasegues ou então dos amigos colonizadores, dos imigrantes que para cá vieram deixando o primeiro mundo, como a Itália, a Europa, a Inglaterra ou mesmo o Japão para aqui constituir família e explorar, principalmente, o solo brasileiro.

Mas, agora estão acontecendo o caminho inverso, o que é pior ainda, são escravos brancos porque estão atrelados às agências que, muitas vezes, os exploram pagando mensalidades dos seus salários porque estão financiados na passagem e nos empregos por essas agências que fazem, eu repito, um trabalho de semi-escravidão com nossos imigrantes.

Pessoas qualificadas que estão sendo despejadas no mercado de trabalho e são justamente essas pessoas nas quais o Governo investiu através do subsídio, Deputado Nelson Garcia, desde a pré-escola, financiando esses jovens na educação, na alimentação, no transporte e hoje eles prontos para o mercado de trabalho, são expulsos para trabalhar explorados lá nos Estados Unidos, na Europa ou mesmo no Oriente!

E o que faz o Presidente do Brasil? O que faz este País para impedir esta situação? Faz pior! O próprio Presidente Lula, Deputado André Vargas, que veio expulso do Nordeste para cá, num pau-de-arara, dá uma declaração infeliz dizendo que os brasileiros são acomodados. Não. Os brasileiros não são acomodados. E numa linguagem chula que me permito não reproduzir aqui, diz que



temos que nos levantar para diminuir os juros. Ora, esses brasileiros humildes votaram justamente no Presidente da República para que ele fizesse as mudanças que o povo tanto necessita e tanto clama.

Mas, lamentavelmente, vemos que aquele que tem o poder de agir, não age. Aquele que tem obrigação de fazer, não faz. E nós estamos tendo exilados, banidos, expulsos, vilipendiados os nossos jovens. Que vergonha! Que vergonha de ser brasileiro quando vejo esses jovens chorando nos saguões dos aeroportos tendo que ir embora para outras plagas atrás de uma condição de ida melhor. Não agüento mais ver tudo isso. E o que posso fazer é trazer essa triste constatação aos nossos companheiros na tarde de hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Sr. Deputado Elio Rusch.

### ***Liderança do PFL: Deputado Elio Rusch***

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na mesma linha do Deputado Marcos Isfer que usava a tribuna a poucos instantes, fazendo referência à questão das audiências públicas que estão sendo realizadas pelo IBAMA, no que diz respeito aos campos de Palmas. Declarar essa área uma área de preservação permanente não é concebível, ou de reserva legal, qualquer forma. Acho que o que o Brasil e o Mundo precisam é de produção, é de alimentos. Cabe ao Governo, sim, preservar o meio ambiente, ter um controle do nosso meio ambiente, e jamais impedir que a nossa agricultura e que a nossa agropecuária se restrinjam a áreas menores para produção agrícola e por consequência a alimentação à população do nosso mundo.

Tivemos recentemente na cidade de Cascavel no Oeste do Estado um encontro com mais de dez mil agricultores do Oeste, Sudoeste, Noroeste clamando para que o Congresso Nacional revisse com maior clareza possível o Código Florestal Brasileiro. Sabemos que a legislação que temos hoje no nosso País é muito severa na questão do meio ambiente. Sabemos também que temos que preservar o meio ambiente, que a maior crise que o mundo e que a comunidade vão viver e antes de 2020, não é guerra, não é crise financeira, nem econômica mas sim, a falta de água. Essa vai ser a maior crise. Precisamos preservar o meio ambiente. mas de forma alguma podemos admitir, Deputado Scarpellini, prejudicar o setor produtivo do nosso Estado e do nosso País.

Nós temos no Brasil a legislação do Código Florestal Brasileiro. Temos no Estado do Paraná a lei que regulamenta a questão florestal, os decretos do Governo que regulamentam a lei estadual e também, disposições

do Código Florestal Brasileiro e eu quero falar, no dia de hoje, Deputado Reni Pereira, em seguida eu lhe cedo aparte, e dizer que nós vamos apresentar amanhã, em companhia com outros Deputados e está aberto para todos os Parlamentares que queriam subscrever o projeto de decreto legislativo que revoga o Decreto 330/2004 do atual Governador do Estado do Paraná. O que é que esse decreto do atual Governador fez?

Está restringindo a possibilidade de os nossos agricultores averbarem uma reserva legal que esteja fora de uma microbacia. O decreto do ex-Governador Jaime Lerner ao menos era um pouco mais elástico. Criava e nós criamos no Estado do Paraná, dez agrupamentos. Quero dizer que as pessoas, dentro dessa mesma microbacia, dessa mesma região, podiam averbar a sua propriedade, uma reserva legal, uma mata na sua fazenda e o atual Governador, através desse seu decreto, aumentou para 21 regiões que impede que o nosso agricultor possa, com uma facilidade maior, fazer a sua averbação. É por essa razão, Deputado Seleme que nós, no dia de amanhã, e convido todos os Deputados para que subscrevam também esse projeto de decreto legislativo revogando o decreto do Governador, ou seja, 3320 e com isso, volte novamente a vigorar o decreto do ex-Governador ou muda-se a própria legislação.

Concedo aparte ao Deputado Reni Pereira.

O Sr. Reni Pereira (PSB)

Deputado Elio Rusch, gostaria de cumprimentá-lo pelo decreto legislativo e dizer que realmente não é só a nossa região. O que temos que preservar é o estado democrático de direito em que as leis que vigoram hoje têm que dar segurança para quem dela respeita e cumpre e que daqui a pouco não se revogue essa lei daqui a dois, três anos e aquela condição futura passa a regular os atos de hoje. Eu falo isso porque na nossa região visitei alguns agricultores e muitos deles colocaram que não sabiam mais a quem obedecer.

Quando viemos para cá, o INCRA nos disse que quem não desmatasse, perde a terra. Desmatamos, respeitamos a mata ciliar. Há questão de dez anos atrás, tiraram licença no IAP de acordo com as normas e leis vigentes, construíram seus chiqueiros de porcos e hoje estão sendo multados ano após ano, alguns até correndo o risco de prisão e o que é pior, V. Exa. colocava que alguns agricultores compraram terras em consórcios dentro da microbacia, dentro de uma norma em vigor, dentro de uma lei existente e, posteriormente, via decreto, o Governador simplesmente disse que não valia mais. Não é que não valia mais a partir da data desse decreto. Não valia mais desde aquela época lá atrás.

Então, nós precisamos, para que realmente a população respeite aquele estado democrático de direito, que os nossos governantes também respeitem as leis e se queiram mudar uma situação, que mudem a partir de uma entrada em vigor do decreto ou da lei e não com efeito retroativo, porque a partir de então, vira bagunça e nós

queremos, através desse decreto, resguardar principalmente o estado democrático de direito que está muito e muito ameaçado no nosso Estado.

**O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)**

V. Exa. me permite um aparte?

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Sr. Deputado, peço que V. Exa. conclua o seu pronunciamento. O tempo já está esgotado.

**O SR. ELIO RUSCH (PFL)**

Deputado Scarpellini, infelizmente devo atender ao pedido do nosso Presidente e eu concluo o seguinte: dentro do raciocínio do Deputado Reni Pereira, e eu tenho certeza Deputado Scarpellini, V. Exa. já tem apartado este Deputado em outros pronunciamentos.

Apenas para registrar, Sr. Presidente que fui procurado, há questão de dias, por um empresário na cidade de Santa Helena, o Sr. Gasparini. Ele tem uma fazenda, tem terras no Município de Santa Helena e Medianeira. Ele comprou vinte alqueires de mata no Município de Assis Chateaubriand, que é no Oeste do Paraná, onde a cultura, o clima são os mesmos, os costumes são os mesmos e ele comprou a terra, só que não escriturou ainda porque a terra estava em fase de inventário.

Agora resolveu a questão do inventário, não consegue averbar. Ele comprou vinte alqueires de terra, e depois disso mudou a legislação pelo decreto.

Existe, Srs. Deputados, a vistoria feita pelo IAP e, ele não pôde conseguir agora averbar a sua propriedade.

No dia de amanhã nós vamos voltar a esse tema porque nós vamos oficializar e protocolar o nosso decreto, é projeto de decreto legislativo revogando o decreto do Governador.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

## ***Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni***

**O SR. VALDIR ROSSONI**

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Inicialmente quero agradecer as palavras do Deputado Scarpellini, no dia de ontem, porque não tive a oportunidade de fazer a minha defesa após o pronunciamento do ilustre Deputado Nereu Moura, no qual o Deputado distorceu as minhas denúncias procurando, Deputado Scarpellini, levar para o campo emocional e para o lado da família.

Quero dizer aos Srs. Parlamentares, que certamente o Secretário Delazari deve estar me ouvindo, quero dizer aqui nesta tribuna, tanto ao Secretário, quanto

ao Deputado que me contrapôs. Eu quero dizer aos senhores que o debate nesta Casa é importantíssimo.

O que tenho sentido ao longo do tempo nesta Casa, Deputado Scarpellini, que quando o Governo não tem argumentos para se contrapor aos nossos posicionamentos, e quando eu digo aos nossos posicionamentos, digo aos posicionamentos do Deputado Rossoni e dos Deputados que fazem Oposição, eles têm partido para a agressão e para a intimidação.

De forma nenhuma este Parlamentar vai aceitar de que a denúncia feita desta tribuna no dia de ontem, com documentos, seja levado para o campo emocional.

Não há quem respeite a família como eu. Tenho uma esposa, tenho dois filhos e tenho um neto há quatro meses. Entrou uma luz dentro da minha casa e dentro da minha família.

Por esta razão, quando subi à tribuna, no dia de ontem, V. Exas. devem ter percebido que não subi do mesmo jeito e com a mesma vontade de quando subo à tribuna para fazer questionamentos ao Governo. Senti-me mal, porque sabia que ia mexer numa questão que envolve família e, por esta razão pedi que me desculpassem mas que por dever de ofício, eu tinha que fazer aquela denúncia para que nós pudéssemos ter o esclarecimento daquele fato. Falei várias vezes desta tribuna, porque não me sentia à vontade não gostaria que aquela denúncia de ontem, com provas em mãos, envolvessem alguém da família de qualquer Secretário ou de alguém do Governo ou da Oposição. Mas, infelizmente, nós tínhamos um fato concreto que envolve esta questão. Então não há como fugir desta situação.

Quero dizer aos Srs. Deputados que subo a esta tribuna convencido e convicto de que fiz o correto. Os paranaenses que neste momento estão me assistindo, através do canal 21, saberão entender. Porque todo dia nós estamos aqui clamando por segurança no Estado do Paraná, clamando por melhorias na segurança do Estado. E quando nós trazemos uma denúncia gravíssima como a que trouxemos no dia de ontem, procuraram distorcer.

Hoje, o Secretário da Segurança entrou numa das rádios mais ouvidas do Estado do Paraná e novamente tentou levar esta questão para o campo emocional, dizendo que o Deputado Rossoni tinha mãe, esposa, filhos e netos. E que eu deveria respeitar sua família. Respeito, sim, sua família! Mas, não posso respeitar, Deputados, não posso respeitar um homem que é Secretário da Segurança! Respeito o homem, mas não respeito seus atos. Porque seus atos vêm contra tudo o que nós falamos nesta Casa. E há necessidade sim, com coragem, com cuidado todo especial, para não ofender as pessoas, mas procurar elucidar um caso tão grave quanto este!

Não adianta, Srs. Deputados! Agora, chega a esta Casa a cópia do pressuposto processo. Quero dizer aos senhores que me antecipei a isto, antes de fazer a denúncia acessei, através da internet, para ver se havia algum processo arquivado ou em andamento, e tenho, sim, o resultado: inexistente processo. Agora, surge. Como surgiu

o BO. Surge do além! Na semana passada, não existia o BO. Não quiseram nos fornecer esta informação. De repente, esta informação chegou a esta Casa. Aí, não existia o processo, porque na internet não existe. E é por ali que nós buscamos nossas informações. Hoje, chega a esta Casa, um processo!

Por esta razão é que subo à tribuna. Ontem, ao sair desta Casa, depois do pronunciamento do ilustre Parlamentar que falou em nome do Governo - quero deixar claro ao Deputado Nereu Moura - procurei, na minha fala, ter o cuidado todo especial na questão da família. Mas, não há como trazer esta questão sem envolver, porque os envolvidos chegam diretamente ao Secretário da Segurança. E por esta razão, eu não aceito a pecha de ter sido irresponsável, porque devo satisfações à população paranaense.

E é por esta razão que eu digo à família paranaense: nós precisamos de segurança, precisamos de um Secretário com credibilidade, precisamos de um Secretário que quando der uma entrevista em rádio, em televisão, que a população sinta que ele está falando a verdade, somente a verdade.

E, novamente, hoje pela manhã, o Secretário falta com a verdade, faltou sim com a verdade na CPI da Terra, quando disse que tinha inquérito, faltou sim com a verdade com a imprensa do Paraná quando deu a entrevista, e faltou sim com a verdade quando hoje nos meios de comunicação do Paraná. Por esta razão, e pelos fatos ocorridos, não há como camuflar, como esconder; na verdade houve sim, Deputado Barbosa, e vou lhe conceder um aparte a seguir, houve sim um grande acordo nesta questão, e que espero que estejamos contribuindo para que o Governador do Paraná coloque à frente da Secretaria da Segurança...

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Um minuto para o senhor concluir.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Infelizmente, Deputado Barbosa, não lhe concederei o aparte. Esperamos que o Governador coloque um Secretário que possa dar entrevista às rádios sem faltar com a verdade aos meios de comunicação.

Por muito menos que isso, para concluir Sr. Presidente, o Dr. Cândio Martins de Oliveira foi enxotado da Secretaria da Segurança. Anos depois a justiça o inocentou.

Eu subia a esta tribuna para falar do Dr. Cândido e dizer que a justiça o tinha inocentado.

Mas naquela oportunidade, Deputado Anibelli, o mesmo cidadão que hoje pede clamor à família, esqueceu que o Dr. Cândido Martins de Oliveira tinha família e deveria ser respeitado e esperar o julgamento para depois trazer aqui as críticas contundentes que ele fez contra aquele cidadão, que merece de mim, de nossos companheiros e de todos os paranaenses, todo o respeito.

Obrigado.

## ***Ordem do Dia:***

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 43 Srs. Deputados.

## ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, projetos de lei em nº de 03 (três), de autoria do Deputado André Vargas, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1197, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, constante do expediente, comunicando sua ausência desta Casa nos dias 25 a 28 do corrente mês para participar da IX Conferência Nacional dos Legislativos Estaduais da UNALE, que acontecerá em Salvador - Bahia. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1200, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente, solicitando autorização desta Casa de Leis para que custeie as diárias e as passagens deste Deputado, para a sua participação na IX Conferência Nacional dos Legislativos Estaduais, nos dias 23 a 28 do corrente mês, no Estado da Bahia. **Não recebido pela Mesa.**

## ***Discussão / Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

## ***Discussão Única (Proposições)***

### **ITEM 01**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 043/2003 - Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 307/2003, de autoria do Deputado Tadeu Veneri e outros, que veda o plantio, a sementeira, o cultivo, a importação, o transporte e a comercialização de organismos geneticamente

modificados (OGM's) no Estado do Paraná, indica ao Poder Executivo Estadual a criação, no âmbito da Governadoria do Estado do Conselho Técnico Estadual de Biossegurança - CTEBio, e dá outras providências. **COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 211/2003

Curitiba, 27 de outubro de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 260/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 307/2003, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo vedar o cultivo, a manipulação, a importação, a industrialização e a comercialização de organismos geneticamente modificados (OGM's) destinados à produção agrícola, alimentação humana e animal no Estado do Paraná, exceto para fins de pesquisa científica, visando proteger a vida e a saúde do homem, dos animais e das plantas, bem como o meio ambiente. Visa, ainda, a adoção de outras providências pertinentes ao assunto.

O veto parcial apostado incidiu sobre o inciso IV, do parágrafo único, do artigo 6º; art. 9º; art. 10 e seus parágrafos 1º e 2º; art. 11 e seu parágrafo único; art. 12; art. 13; e art. 14 e seus parágrafos 1º e 2º.

O inciso IV, do parágrafo único, do artigo 6º, foi vetado porque contraria o interesse público, tendo em vista que, além de conter dispositivos já tratados por legislação federal (Lei nº 6938/81 e outras) e na Carta Magna pelo artigo 225, implicar, pela forma ampla como está posto, na impossibilidade de realização de pesquisas nas áreas específicas. Ainda porque, caso acolhido, condicionaria o desenvolvimento de qualquer pesquisa envolvendo OGM's no Estado do Paraná à realização de EIA/RIMA, impedindo, assim, que órgãos como IAPAR, Universidades, EMBRAPA e outras instituições com larga tradição continuem a executar suas atividades.

Os artigos 9º, 10 e seus parágrafos; 11 e seu parágrafo; 12, 13 e 14 e seus parágrafos, que tratam da criação, composição e competência do Conselho Técnico Estadual de Biossegurança - CTEBio, todos com dispositivos conexos e interligados entre si e ao referido CTEBio, são, portanto, vetados sob o mesmo argumento e fundamentação de que, não bastasse a inconstitucionalidade a que estão eivados por ferirem o artigo 66, inciso IV, da Constituição Estadual (competência do Governador para iniciar processo legislativo de modificações da estrutura orgânica da Administração Pública), não consultam aos superiores interesses públicos, porque não há indicação precisa de vinculação do Conselho, se à Casa

Civil ou à Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral; o Estado ficaria minoritário na composição de tal colegiado; e não prevê assento do Ministério Público e da Procuradoria Geral do Estado na sua composição.

Por oportuno, cabe mencionar que determinei aos órgãos competentes do Poder Executivo a realização de estudos a fim de que seja enviada a essa augusta Casa de Leis proposição de medida que consubstancie, de forma plenamente exequível, definições que forem necessárias em virtude dos vetos parciais apostos, assim como complementações legais que eventualmente o assunto venha requerer.

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 307/2003 encontra-se publicado no DA nº 040/2003, de 28/05/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 43/2003 AO  
PROJETO DE LEI Nº 307/2003

P A R E C E R :

O projeto de lei em questão, objeto de veto parcial do Governador, veda o plantio, a semeadura, o cultivo, a importação, o transporte e a comercialização de organismos geneticamente modificados (OGM's) no Estado do Paraná; indica ao Poder Executivo Estadual a criação, no âmbito da Governadoria do Estado do Conselho Técnico Estadual de Biossegurança - CTEBio, dá outras providências.

Estando observados os prazos e requisitos regimentais, o veto encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
ANTONIO ANIBELLI - Relator

Há sobre a mesa um requerimento de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, Líder do Governo, que requer votação em bloco dos itens 1, 2, 3 e 4 da Ordem do Dia da presente Sessão. Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) **(Pela Ordem)**

Presidente, antes de aprovar esse requerimento, o Deputado pede para votar em bloco os itens 1, 2, 3 e 4. Consulto à Mesa, e conseqüentemente a assessoria da Mesa, o item 01 constante da pauta de hoje, ele visa a apreciação de um veto apostado ao Projeto de Lei 307/2003, que veda o plantio, a semeadura, o cultivo, a importação, o transporte e a comercialização de organis-

mos geneticamente modificados no Estado do Paraná, e assim por diante.

Ora, Sr. Presidente, no ano de 2003 o Partido da Frente Liberal - PFL, e o Governador do Mato Grosso do Sul, com duas petições separadas, entramos com uma ADIN no Supremo Tribunal Federal, argüindo a inconstitucionalidade desta lei, uma vez que essa regulamentação deveria ser feita por lei federal. E conseguimos uma liminar ainda no ano de 2003, que foi conferida ao PFL e também ao Governador do Mato Grosso do Sul, o Ministro Gilmar Mendes.

Este ano o STF, por unanimidade de votos, argüiu a inconstitucionalidade da lei. Esta lei não existe mais. A lei caiu por terra e não tem mais recurso.

O que vamos fazer agora? Vamos apreciar um veto de uma lei que não existe? Julgada inconstitucional pelo STF?

Permita-me apresentar um requerimento para retirar esse item da pauta do dia por dez Sessões, para que a Mesa Executiva possa fazer uma interpretação melhor.

Vamos supor que derrubemos o veto na Sessão de hoje. O que vai acontecer? A lei não existe pela corte máxima, pelo STF.

Muito obrigado!

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) **(Para Encaminhar)**

Nem o requerimento precisa ser votado, porque tenho em minhas mãos o relatório do acórdão do Ministro Gilmar Mendes do STF, que já foi encaminhado à Presidência desta Casa no dia 11 de abril do 2005, Ofício 43 PMC de 7 de abril de 2005. E também houve um telegrama para o Governador do Paraná.

E houve também uma nova comunicação da decisão por ofício em 9 de abril de 2005 para a Presidência da Assembléia. O julgamento do Tribunal Pleno do STF julgou procedente a ação para declarar a inconstitucionalidade da nossa lei, Lei nº 14.162, de 27 de outubro de 2003 nos termos do voto do relator.

Votou o Presidente Nelson Jobim, ausente por justificativa a Ministra Helen Grasie, falou pelo requerente o Dr. Ademar Gonzaga Neto.

Então a Assembléia está com a comunicação. É ridículo colocar para votar o que não existe.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Só para esclarecer aos Srs. Parlamentares: iremos retirar da pauta do dia de hoje e encaminhar ao Departamento Jurídico da Casa para dar um parecer.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Agradeço, Sr. Presidente, não poderia esperar outra manifestação de V. Exa., democrata que é, sempre procura zelar pela legalidade da matéria em tramitação.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Requerimento nº 1179, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, que requer votação em bloco dos itens 2, 3 e 4 da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

Para encaminhar, o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, inicialmente quero cumprimentá-lo pela atitude da retirada que era de um dos questionamentos que faria, neste momento, da retirada do projeto vetado, de autoria do Deputado Tadeu Veneri.

Sr. Presidente, quero fazer um outro questionamento, porque o novo Regimento Interno desta Casa é rico em algumas questões e traz uma nova questão que nunca foi levantada, porque o Regimento não contemplava. O Regimento novo, Sr. Presidente, se não me falha a memória, no artigo 73 ou 74 - estou esperando o Regimento - diz que só podem ser votados vetos em bloco quando houver similaridade. Então, gostaria, Sr. Presidente, que hoje, já que estamos com esse requerimento em pauta, poderíamos votar em bloco e, numa próxima oportunidade, que estudássemos essa questão.

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Vou responder por Questão de Ordem e vou cumprir o Regimento. Se o Regimento determina isso, vamos votar isoladamente, veto por veto.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Salvo eu esteja equivocado.

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Estou consultando o Regimento da Casa.

Quero esclarecer a V. Exa., Deputado Valdir Rossoni, que não há no Regimento qualquer artigo ou parágrafo que impeça a votação em bloco. Estou aqui no Capítulo V - Dos Projetos Vetados. Caso essa seja a decisão da maioria da Casa, de votar individualmente, lógico que esta Presidência acolherá, senão colocarei o requerimento do Deputado Dobrandino em votação.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) **(Para Encaminhar)**

Só para concluir o meu encaminhamento, peço aos Deputados que votem contrário à votação em bloco dos vetos.

O SR. MAURO MORAES (PL)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Sr. Presidente, gostaria que o senhor considerasse também que existe um requerimento pedindo uma votação em destaque do item 03.

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Posteriormente à votação do Deputado Dobrandino, será colocado em votação o de V. Exa.

O SR. MAURO MORAES (PL)

Só queria saber se está em suas mãos.  
Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação o requerimento do Deputado Dobrandino. Srs. Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Verificação de votação, a pedido do Deputado Valdir Rossoni.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Dobrandino, queiram levantar-se.

Dezenove Srs. Deputados aprovam.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Quinze Srs. Deputados rejeitam.

Está **aprovado** o requerimento.

Requerimento nº 1196, de autoria do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente. Requer preferência para a discussão e votação da Proposição nº 013/2005, item 3º.

Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

**Aprovado.**

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Sr. Presidente, pela ordem?

(**Assentimento**)

Para registrar a presença do Prefeito de Tupãssi, Valdeci Acco, do Presidente da Câmara, João Lecheski, que estão presentes na tribuna e do advogado da Câmara Municipal, o Assessor Jurídico, Alberto Santana. Todos do Município de Tupãssi prestigiando a Sessão desta tarde.

O SR. RATINHO JÚNIOR (PPS)

Sr. Presidente, pela ordem?

(**Assentimento**)

Também para registrar a presença do Presidente da Câmara de Santana de Itararé, o Vereador Gilmar.

Muito obrigado, pela presença.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Conforme requerimento aprovado:

## ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 075/2004, veto aposto ao Projeto de Lei nº 010/2004, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que proíbe a fabricação e o comércio de armas de brinquedo no Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O

VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 186/2004

Curitiba, 26 de outubro de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 195/2004, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 010/2004, por julgá-lo contrário ao interesse público, diante do fato da medida não apresentar as necessárias condições de plena e tranqüila exequibilidade, por falta de meios e definições fiscalizatórias e, também, face a já existente legislação federal sobre o assunto.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 010/2004, encontra-se publicado, no DA nº 002/2004, de 17/02/2004).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

VETO Nº 075/2004

P A R E C E R :

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça para dar o seu parecer ao Veto nº 75/2004, aposto pelo Exmo. Sr. Governador do Estado ao Projeto de Lei nº 010/2004, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que proíbe a fabricação e o comércio de armas de brinquedo no Estado do Paraná, observando-se o contido no artigo 87, inciso VII, da Constituição do Estado do Paraná? “Compete privativamente ao Governador: “vetar projeto de lei, total ou parcialmente...”

Certifica-se, portanto, que o presente veto está amparado em seu aspecto legal (sem entrar no mérito da questão). O presente parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 16.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUILIO GENARI - Relator

## ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 022/2005, veto aposto ao Projeto de Lei nº 187/2004, de autoria do Deputado Carlos Simões, que dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção permanente do Kit Vida em estabelecimentos públicos ou privados e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 011/2005.

Curitiba, 05 de janeiro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 286/2004, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 187/2004, por considerá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que fica “obrigatória a manutenção permanente do Kit Vida em estabelecimentos públicos ou privados que tenham uma concentração de pessoas igual ou superior a 100 (cem), para prestar atendimento em caso de morte súbita. Arrola e conceitua para tais efeitos quinze estabelecimentos públicos ou privados, adota outras providências e estipula valores de multas e outras sanções para casos de descumprimento das determinações.

Inobstante a inconstitucionalidade apontada pelo adiante transcrito parecer da Procuradoria Geral do Estado, vale dizer que os órgãos competentes do Estado irão proceder estudos para implantação de tal sistema, obviamente que, preliminarmente, em hospitais ainda não dotados, assim como preparados técnicos para manuseio eficiente daqueles aparelhos:

...”2. A Chefia da Casa Civil requisitou parecer da Procuradoria Geral do Estado nos seguintes termos: encaminho a V. Exa. cópia do Projeto de Lei nº 187/2004, que tramita na Assembleia Legislativa do Estado, para que seja emitido parecer prévio objetivando a orientação da Liderança do Governo naquela Casa de leis.”

Nesta Procuradoria Administrativa, o presente processo administrativo foi distribuído a mim para parecer.

#### II - FUNDAMENTOS JURÍDICOS

3. O Projeto de Lei Estadual nº 187/2004 está eivado de vícios de inconstitucionalidade, que serão a seguir apontados.

4. O artigo 2º do referido projeto faz referência a “estabelecimentos públicos”:

O *caput* desse artigo faz referência aos estabelecimentos públicos, que estão sujeitos à elaboração e execução de leis orçamentárias, cuja iniciativa é privativa do Poder Executivo. Com efeito estabelece a Constituição Federal de 1988:

“Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I - o plano plurianual;
- II - as diretrizes orçamentárias;
- III- os orçamentos anais”.

Por sua vez, a Constituição Estadual do Paraná dispõe no artigo 87, XIV, que cabe privativamente ao Governador do Estado: “enviar à Assembleia Legislativa o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstos nesta Constituição.”

Assim qualquer incremento nas despesas públicas deve ser proposto por iniciativa do Governador do Estado, que é autoridade competente para tanto. Como a manutenção de “Kit Vida” nos órgãos públicos gerará despesa, que deve ser prevista pelo orçamento, não cabe ao Poder Legislativo propor tal inclusão.

5. O artigo 2º, XV, do Projeto de Lei nº 187/2004 afirma que:

“Art. 2º. Entende-se por estabelecimentos públicos ou privados:

XV - aviões comerciais com pelo menos um atendente de voo.”

A respeito deste artigo, cabe analisar o disposto no artigo 22, I, da Constituição Federal:

“Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;”

A norma constitucional é clara ao considerar competência privativa da União legislar sobre direito aeronáutico. Com isso, a norma de lei estadual que trate de aviões, como o inciso XV, do artigo 2º, do Projeto de Lei nº 187/1004, é inconstitucional por vício de incompetência.

6. Outra inconstitucionalidade presente no projeto de lei em análise é a disposição constante do § 1º, do artigo 6º:

“Art. 6º. Em caso de descumprimento do previsto nesta lei, deverá a autoridade competente aplicar aos estabelecimentos públicos ou privados as seguintes sanções:

- I - multa pecuniária... (*omissis*);
- II - interdição do local;

§ 1º. As sanções previstas neste artigo serão aplicadas pela autoridade administrativa municipal ou estaduais, no âmbito de sua tributação, isoladas ou cumulativamente, inclusive por medidas cautelar antecedente ou incidente de procedimento administrativo.”

A esfera de competência dos Municípios não pode sofrer interferência dos Estados-membros da Federação. Nesse sentido, o Poder Legislativo estadual não pode criar uma atribuição, como a aplicação de multas, os municípios.

A Constituição Federal de 1988 nos seus artigos 30 e 31 garantiu a autonomia dos Municípios frente aos Estados-membros. No tocante aos tributos o artigo 30, III, dispõe que compete aos Municípios: “instituir e arrecadar os tributos de sua competência (...).”

Assim, o dispositivo que prevê a obrigatoriedade de aplicação de multa é inconstitucional, por interferir na esfera de autonomia dos Municípios, garantida pela Constituição Federal.

7. Pelo exposto, concluo pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 187/2004.”

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 187/2004, encontra-se publicado, no DA nº 043/2004, de 18/05/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO Nº 022/2005

P A R E C E R :

**Histórico**

O Projeto de Lei nº 187/2004, de autoria do Deputado Carlos Simões, torna obrigatória a manutenção permanente do Kit Vida em estabelecimentos públicos ou privados que tenham uma concentração de pessoal igual ou superior a 100 (cem), para prestar atendimento em casos de morte súbita.

O projeto de lei foi vetado porque a implantação do Kit Vida nos estabelecimentos públicos gera despesa para o Estado que não está prevista no Orçamento, bem como a determinação aplicação de multa e interdição do local se encontra em desacordo com a competência dos Municípios, vez que estaria sendo criada uma nova atribuição municipal.

**Fundamentação**

O veto foi apostado no prazo legal (artigo 71, parágrafo 1º da Constituição Estadual, não havendo óbice em sua tramitação.

**Conclusão**

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação por esta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 19.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Solicito ao Sr. 1º Secretário, Deputado Nereu Moura, para proceder à chamada dos Srs. Parlamentares.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Nereu Moura)  
**(Procede à chamada nominal)**

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Sr. Presidente, pela ordem?

**(Assentimento)**

Faço um questionamento, Sr. Presidente. Uma vez aprovado pelo Plenário da Casa a votação em bloco dos vetos, não fica prejudicado o requerimento do Deputado Mauro Moraes, em destaque ao seu projeto?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não. Foi votado e esta Presidência vai manter e já está decidido. É prejudicado o questionamento de V. Exa.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Respeito a decisão de V. Exa., porque está acima de qualquer interesse de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não estou acima do Regimento Interno da Casa. Estou cumprindo o que ele determina.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Nereu Moura)  
**(Continua a chamada nominal)**

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Quero registrar a presença do Prefeito de Santana do Itararé, meu amigo, o Cale, que está com Vereadores, companheiros, amigos nossos, nesta tarde, nesta Casa.

Trinta e nove Srs. Parlamentares votaram.

Solicito ao Deputado Reni, ao Deputado Elio Rusch, e ao Deputado Barbosa Neto, que procedam ao escrutínio dos votos. Pela manutenção dos vetos, 27 Srs. Parlamentares; pela derrubada dos vetos, 12 Srs. Parlamentares. **Estão mantidos os vetos.**

**ITEM 03**

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 013/2005, veto apostado ao Projeto de Lei nº 229/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre a gratuidade para obtenção da segunda via de documentos para vítimas de furto ou roubo à mão armada, na forma que menciona, (carteira de identidade, carteira nacional de habilitação, certidão de registro e licenciamento de veículos). COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 248/2004.

Curitiba, 28 de dezembro de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 255/2004, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, de conformidade com o disposto no artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 229/2004, por julgá-lo inconstitucional porque, concedendo isenção de tributos, fere os artigos 133 e seguintes da mesma Constituição. Ainda porque, ao estabelecer sanções com base no Código Penal Brasileiro, afronta o artigo 22, inciso I, da Magna Carta da República.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 229/2004, encontra-se publicado no DA nº 051/2004, de 07/06/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 013/2005

P A R E C E R :

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a manifestar-se de acordo com o artigo 43 do Regimento



Interno desta Casa de Leis, conclui-se que a presente Proposição-Veto nº 13/2005, que trata do Projeto de Lei nº 229/2004 de iniciativa do Deputado Estadual Mauro Moraes, foi apostado no prazo regimental, apresentando parecer favorável à normal tramitação do Veto nº 13/2005.

Sala das Comissões, em 19.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DELEGADO BRADOCK - Relator

Solicito ao Deputado Nereu Moura a chamada dos Srs. Deputados para votarmos o item 3º - veto apostado ao Projeto de Lei nº 229/2004.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Nereu Moura)  
(Procede à chamada dos Srs. Deputados)

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Trinta e nove Srs. Parlamentares votaram.

Solicito ao Deputado Padre Paulo, Deputada Luciana Rafagnin e Deputado Elton Welter para que procedam ao escrutínio dos votos.

(Pausa)

Pela manutenção do veto: 18 votos; pela derrubada do veto: 21 votos. **Está mantido o veto.** Para derrubada do veto haveria necessidade de 28 votos.

## **Redação Final**

### **ITEM 05**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei Complementar nº 485/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 37/2004, que estabelece os casos de contratação de pessoal por tempo determinado para atendimento de necessidades temporárias de excepcional interesse público, atendidas as condições que especifica.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 485/2004 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, os órgãos da Administração Direta e Autarquias do Poder Executivo poderá efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições, prazo e regime especial previstos nesta lei.

Parágrafo Único. As contratações a que se referem o *caput* deste artigo dar-se-ão sob a forma de contrato de regime especial.

Art. 2º Consideram-se como de excepcional interesse público as contratações por tempo determinado que visam:

I - atender à situação de calamidade pública;

II - combater surtos epidêmicos;

III - promover campanhas de saúde pública que não sejam de caráter contínuo, mas eventuais, sazonais, temporárias ou imprevisíveis, por fato alheio à vontade da administração pública.

IV - atender às necessidades relacionadas com a infra-estrutura e serviços públicos de apoio considerados, por fato alheio à vontade administrativa, necessários ao plantio, colheita, armazenamento e distribuição de safras agrícolas;

V - admitir pesquisador e professor visitante e/ou estrangeiro;

VI - atender ao suprimento de docentes e funcionários de escola na rede estadual de ensino e nas Instituições Estaduais de Ensino Superior, nas hipóteses previstas na presente lei complementar;

VII - atender ao suprimento de pessoal especializado nas áreas de saúde e segurança pública, nas hipóteses previstas na presente lei complementar;

VIII - realizar serviços emergenciais em rodovias estaduais, federais e municipais, sendo que nos dois últimos casos será exigível a celebração de prévio convênio ou instrumento congênere na forma da legislação em vigor;

IX - realizar pesquisas estatísticas de campo;

X - realizar atividades de vigilância e inspeção, relacionadas à defesa agropecuária, no âmbito da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, para atendimento de situações emergenciais ligadas ao comércio de produtos de origem animal ou vegetal ou de iminente risco à saúde animal, vegetal ou humana, bem como realizar a defesa e proteção ambiental através do fomento, execução de obras, fiscalização e monitoramento;

XI - atender às necessidades relacionadas ao segmento de pesquisa agropecuário no que se relaciona a trabalho de campo. Entende-se por trabalhos de campo: preparo do solo, capina, plantio, aplicação de defensivos e corretivos, tratamentos culturais, seleção, avaliação, cruzamento de plantas, testes de vigor, colheita da área agrícola, cruzamento, avaliação, nutrição, manejo, fertilidade, vacinação, inseminação, controle de doenças do rebanho animal;

XII - pessoal técnico especializado ou operacional, para realização, elaboração e execução de projetos, serviços e obra decorrentes de termos de cooperação, ajuste, convênio ou similar, com prazos determinados, bem como implementados mediante acordos internacionais ou de âmbito federal, desde que haja em seu desempenho subordinação do contratado ao órgão ou entidade pública, vedado o aproveitamento dos contratados em qualquer outra área da administração estadual.

§ 1º A contratação de professores e de pessoal nas áreas a que se refere o inciso VII do artigo 2º será efetivada exclusivamente para suprir a falta de docente e servidores de carreira decorrente de aposentadoria,

demissão, exoneração, falecimento, afastamento para capacitação e nos casos de licenças legalmente concedidas.

§ 2º A contratação decorrente de vacância ou insuficiência de cargos, será realizada pelo prazo suficiente à criação ou ampliação de cargos, realização do respectivo concurso público e desde que inexistente concurso público em vigência para os respectivos cargos.

§ 3 As contratações de professores afastados para capacitação ficam limitadas a dez por cento do total de cargos de docentes da carreira constante do quadro de lotação da instituição.

Art. 4º O recrutamento do pessoal a ser contratado nos termos desta lei será feito mediante processo seletivo simplificado sujeito a ampla divulgação, inclusive através do Diário Oficial do Estado, prescindindo de concurso público.

§ 1º Os aprovados deverão apresentar atestado de saúde, expedido por médico registrado no Conselho Regional de Medicina do Paraná, considerando-o apto para o exercício da função, objeto da contratação.

§ 2º A contratação para atender às necessidades decorrentes de calamidade pública prescindirá de processo seletivo.

§ 3º Somente ocorrerá a contratação baseada na alta qualificação (notória capacidade técnica ou científica do profissional), na situação prevista no inciso V, do artigo 2º, mediante a apresentação do título/diploma expedido por Universidade de Ensino Superior devidamente credenciada e apta a tal, conforme legislação para a matéria.

§ 4º A definição de processo seletivo simplificado deverá ser regulamentada, no prazo de 90 (noventa) dias após a publicação da presente lei, atendidos os seguintes pressupostos mínimos de validade:

I - ampla publicidade, inclusive da motivação da necessidade das contratações;

II - estabelecimento de critérios objetivos de julgamento e avaliação, a serem estabelecidos no edital de convocação;

III - inexistência de critérios que dificultem a recorribilidade das decisões da comissão de avaliação e julgamento, por parte dos candidatos, bem como pelo controle externo e social;

IV - vinculação às regras do edital e à classificação final do certame.

§ 5º O processo seletivo simplificado terá as suas características regulamentares adequadas às características e motivos das contratações, admitida sua natureza sumária apenas para os casos de emergências e urgência.

Art. 5º As contratações serão feitas por tempo determinado observando-se os seguintes prazos:

I - seis meses, no caso dos incisos I e II do artigo 2º;

II - doze meses, nos casos dos incisos III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII do artigo 2º.

§ 1º Permanecendo a necessidade que gerou a contratação na forma da presente lei, os prazos estabelecidos neste artigo poderão ser prorrogados por uma única vez e até o prazo previsto no contrato original, desde que não ultrapasse o limite máximo de 2 (dois) anos fixados pela alínea "b" do inciso IX, do artigo 27, da Constituição Estadual.

§ 2º As prorrogações devem ser formalizadas em termo aditivo ao contrato inicial e encaminhadas para autorização governamental, no prazo máximo de 30 (trinta) dias do termo final de vigência do contrato e plenamente demonstrada a necessidade de prorrogação da contratação nos termos desta lei.

Art. 6º As contratações na forma da presente lei somente poderão ser feitas com estrita observância do artigo 137 da Constituição Estadual bem como dos limites de gastos com pessoal e mediante prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo.

§ 1º O *caput* do presente artigo não se aplica para as contratações temporárias vinculadas a convênios ou termo de cooperação com prazo determinado, que contenha repasse de recursos para o pagamento do pessoal envolvido nas atividades, e desde que a receita não integre a receita corrente líquida, considerando-se apenas como gastos de pessoal o valor excedente ao considerado nos planos de aplicação dos recursos objeto de convênios ajustes e termos de cooperação.

§ 2º As contratações deverão ser solicitadas pelos Secretários de Estado, através de ofício dirigido ao Chefe do Poder Executivo, contendo:

I - justificativa pormenorizada sobre a necessidade da contratação nos termos do inciso IX do artigo 27 da Constituição Estadual;

II - caracterização da temporariedade do serviço a ser executado nos termos desta lei;

III - peculiaridades relativas às funções a serem exercidas pelos contratados na forma desta lei, como a carga horária semanal ou número de horas/aulas, salário e/ou contraprestação, local da prestação do serviço e possíveis necessidades de deslocamento da sede e necessidade de pagamento de gratificações decorrentes da natureza da atividade a ser desenvolvida;

IV - a estimativa de custos da contratação, a origem e a disponibilidade dos recursos financeiros e orçamentários necessários às contratações;

V - pronunciamentos das Secretarias de Estado da Administração e da Previdência, da Fazenda, do Planejamento e da Casa Civil da Governadoria:

a) a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência emitirá informações técnicas sobre a função a ser desenvolvida, salário e/ou contraprestação, bem como sobre a necessidade de contratação dentro do previsto na presente lei;

b) a Secretaria de Estado da Fazenda emitirá informação sobre o impacto financeiro das solicitações, bem como sobre a disponibilidade financeira de recursos para a realização das contratações solicitadas, em obediência às disposições constitucionais;

c) a Secretaria de Estado do Planejamento emitirá informações quanto ao Orçamento e Programação.

§ 2º Os órgãos ou entidades contratantes deverão encaminhar à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência relatório pormenorizado das contratações efetivadas para controle da aplicação do disposto nesta lei e da força de trabalho.

Art. 7º É proibida a contratação, nos termos desta lei, de servidores da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo Estadual.

§ 1º Excetua-se do disposto no *caput* deste artigo, a contratação para as funções de professor nas Instituições Estaduais de Ensino e do Quadro Próprio do Magistério, respeitadas as disposições dos incisos XVI e XVII do artigo 27 da Constituição Estadual.

§ 2º Sem prejuízo da nulidade do contrato, a infração ao disposto neste artigo importará na responsabilidade administrativa da autoridade contratante e do contratado, inclusive em solidariedade quanto à devolução dos valores pagos ao contratado, desde que apurada a concorrência deste.

Art. 8º A remuneração do pessoal contratado, nos termos desta lei, será fixada:

I - nos casos do inciso V, do artigo 2º, em importância não superior ao valor da remuneração fixada para os servidores de final de carreira das mesmas categorias, nos planos de retribuição e nos quadros de cargos e salários do órgão ou entidade contratante;

II - nos casos dos incisos I, II, III, IV, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII do artigo 2º, em importância não superior ao valor da remuneração inicial constante dos planos de retribuição ou no quadro de cargos e salários do serviço público, para servidores que desempenham funções semelhantes, ou, não existindo a semelhança, às condições do mercado de trabalho;

III - no caso dos incisos IV, IX, XI do artigo 2º, o valor da remuneração poderá ser fixada por unidade produzida, desde que não extrapole o teto fixado pelo inciso II deste artigo;

IV - gratificação por atividade específica concedida aos servidores públicos do órgão ou entidade ocupantes de cargo similar àquele para a qual está sendo feita a contratação;

V - gratificação por assiduidade concedida aos servidores públicos do órgão ou entidade ocupantes de cargo similar àquele para a qual está sendo feita a contratação;

VI - abonos concedidos aos servidores públicos do órgão ou entidade para a qual está sendo feita a contratação.

Parágrafo Único. Para efeito deste artigo, não se consideram as vantagens de natureza individual dos servidores ocupantes de cargos tomados como paradigma.

Art. 9º O pessoal contratado nos termos desta lei fica vinculado obrigatoriamente ao Regime Geral de Previdência Social cujas contribuições devem ser recolhidas durante a vigência da contratação.

Art. 10. Aplica-se ao pessoal contratado nos termos desta lei os seguintes direitos:

I - os arrolados no artigo 34 da Constituição Estadual, exceto o previsto nos incisos XVII, XIX e XX;

II - auxílio-alimentação, na forma da lei;

III - vale-transporte, na forma da lei;

IV - afastamento decorrentes de:

a) casamento até 5 (cinco) dias;

b) luto por falecimento do cônjuge, filho, pai, mãe e irmão, por até (cinco) dias;

c) licença para tratamento de saúde e acidente de trabalho na forma da legislação previdenciária aplicável ao regime geral;

d) licença paternidade de 5 (cinco) dias.

V - para os docentes contratados para a rede estadual de ensino, auxílio transporte na forma da Lei Complementar nº 103/2004;

VI - valores decorrentes do regime de Tempo Integral de Dedicação, na forma da Lei nº 11.713/97;

VII - repouso semanal remunerado na forma da Lei Federal nº 605/1949;

VIII - pagamento pelo trabalho no período noturno, na forma da Lei Complementar nº 103/2004;

IX - adicional noturno;

X - o direito de petição na forma prevista pelos artigos 261 e 263, da Lei nº 6.174/70.

Art. 11. O direito de requerer prescreve nos prazos previstos no artigo 265 da Lei nº 6.174/70.

Art. 12. São deveres dos contratados, na forma da presente lei, os incisos I a XV e XVII do artigo 279, da Lei nº 6.174/70.

Art. 13. Ao contratado na forma da presente lei é vedada a prática de atos previstos nos incisos II a XXI do artigo 285, da Lei nº 6.174/70.

Art. 14. O pessoal contratado nos termos desta lei não poderá:

I - receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;

II - ser novamente contratado com fundamento nesta lei, antes de decorridos vinte e quatro meses do encerramento do contrato anterior.

Parágrafo Único. A inobservância do disposto neste artigo importará em nulidade do contrato sem pre-

juízo da responsabilidade administrativa das autoridades envolvidas na transgressão.

Art. 15. As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos desta lei serão apuradas mediante averiguação sumária apurada mediante sindicância pelo órgão a que estiver vinculado o contrato, com prazo de conclusão máximo de 30 (trinta) dias, assegurado o contraditório e ampla defesa.

Art. 16. O contratado na forma da presente lei responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições, aplicando-se aos contratados na forma da presente lei as prescrições do artigo 287 e seu parágrafo 2º e artigo 290, da Lei nº 6.174/70.

Art. 17. Os contratados na forma desta lei sujeitam-se às seguintes penalidades:

I - advertência, aplicada verbalmente em caso de mera negligência;

II - repreensão, aplicada por escrito, em caso de desobediência ou falta de cumprimento dos deveres e reincidência em falta de que tenha resultado na pena de advertência;

III - rescisão da contratação, nos termos desta lei, no caso de incidência de qualquer das hipóteses previstas no inciso V do artigo 293, da Lei nº 6.174/70.

§ 1º É motivo de rescisão da contratação, nos termos desta lei, a ausência ao serviço por mais de 7 (sete) dias úteis, consecutivos, sem motivo justificado.

§ 2º É também motivo de rescisão da contratação, no termos desta lei, a nomeação ou designação do contratado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança em qualquer das esferas de governo.

§ 3º Em caso de afastamento a que se referem os incisos IV e V do artigo 10 da presente lei, os contratos deverão apresentar justificativa ao órgão com antecedência mínima de 24 horas nos casos previstos na alínea "a", do inciso IV e no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após a ocorrência, nas situações previstas no inciso V e na alínea "b" do inciso IV do artigo 10, apresentando o documento de justificativa na data do retorno ao trabalho, sob pena de rescisão contratual.

Art. 18. O contrato firmado de acordo com esta lei extinguir-se-á, assegurando-se o pagamento das verbas rescisórias, em especial 13º salário proporcional, férias proporcionais acrescidas do terço constitucional.

I - pelo término do prazo contratual;

II- por iniciativa do contratado.

§ 1º A extinção do contrato, nos casos do inciso II, será comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 2º A extinção do contrato, por iniciativa do órgão ou entidade contratante, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado, de

indenização correspondente à metade do que lhe caberia até o término do contrato.

Art. 19. As contratações para atender a necessidade temporária do excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do artigo 27, da Constituição Estadual, efetivadas anteriormente à publicação desta lei, terão 120 (cento e vinte) dias para as adequarem a este regime especial, sem redução de remuneração.

Parágrafo Único. Ficam mantidas as contratações previstas no inciso IX, do artigo 27, da Constituição Estadual, efetivamente e autorizadas em exercícios anteriores, que ainda se encontram em vigência, até o término do prazo estipulado.

Art. 20. Efetivada a contratação autorizada por esta lei, o órgão responsável encaminhará a respectiva documentação ao Tribunal de Contas do Estado, para fins de registro nos termos do inciso III do artigo 75 da Constituição Estadual.

Art. 21. A contratação nos termos desta lei não confere direitos nem expectativas de direito à efetivação no serviço público estadual.

Art. 22. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o artigo 349 e parágrafos, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro e 1970.

Sala das Comissões, em 26.04.2005.

(a) CESAR SELEME

Presidente e Relator

**Em votação.**

Verificação de votação a pedido do Deputado Valdir Rossoni.

Solicito aos Srs. Deputados que se dirijam às suas poltronas para que se proceda a contagem dos votos...

Em votação: Deputados que aprovam queiram levantar-se. 22 Srs. Deputados aprovam.

Deputados que rejeitam queiram levantar-se. Onze Srs. Deputados rejeitam.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, gostaria que antes que V. Exa. anunciasse o resultado se ativesse ao artigo da Constituição nº 67: leis complementares são aprovadas por maioria absoluta. Teve só 22 votos, não foi aprovada, foi derrubada a lei, é nossa a vitória!

**O SR. PRESIDENTE (Hermes Brando)**

Já respondendo a questão de ordem de V. Exa.

**O SR. NEREU MOURA (PMDB) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, todos sabemos que não dá para rejeitar projeto de lei complementar em redação final também.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A questão de ordem de V. Exa. será respondida.  
Está suspensa a Sessão por três minutos.

(Sessão suspensa por três minutos)

Reiniciando os trabalhos, está rejeitado o projeto, de acordo com o artigo 69 da Constituição do Estado do Paraná e o artigo 162 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

Está **rejeitado** o item 5º da pauta.

### 3ª Discussão

#### ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 114/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 08/2005, que autoriza a transferência de recursos provenientes do superávit financeiro do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN, para o orçamento próprio do Departamento de Estradas de Rodagem - DER. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA MODIFICATIVA DA CCJ E ADITIVA DA CF. EM REGIME DE URGÊNCIA. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Em votação as emendas aprovadas em 2ª Discussão. **Aprovadas.**

Em votação o projeto. **Aprovado.**

### 1ª Discussão

#### ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 221/2003, de autoria do Deputado Fernando Ribas Carli, que estabelece o parcelamento dos débitos referentes a multas de trânsito no Estado do Paraná em até 24 parcelas e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. (**Publ. no DA nº 021/2003, de 22/04/2003**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 221/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Fernando Ribas Carli, estabelece o parcelamento dos débitos referentes a multas de trânsito no Estado do Paraná em até 24 parcelas e dá outras providências.

Em sua justificativa o nobre Deputado alertou para a existência de **descontos** em multas quando pagas em datas determinadas pelo órgão emissor, sendo possível usar da mesma prerrogativa para os infratores que não dispõem do recurso financeiro no vencimento da multa (grifo nosso).

Observamos que, numa pesquisa na Diretoria Legislativa desta Casa, encontramos algumas leis aprova-

das e sancionadas que tratam da mesma matéria. Para exemplificar citamos algumas: Lei 11.801/97, de autoria do Deputado Toti Colaço, que autoriza o Poder Executivo a anistiar multas e atualização monetária e parcelar em até 12 (doze) meses os IPVA's em atraso, no Estado do Paraná; Lei 12.955/2000, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que dispõe sobre parcelamento de créditos tributários devidos em decorrência da Legislação do IPVA e de multas de trânsito estaduais; Lei 13.274/2001, de autoria do Deputado Divanir Braz Palma, que dispõe sobre os créditos tributários referentes ao IPVA, as multas de trânsito estaduais e a taxa de estadia do DETRAN, poderão ser parceladas em até 12 (doze) vezes.

Chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação através do Substitutivo Geral, anexo.

Sala das Comissões, em 12.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
SUBSTITUTIVO GERAL AO  
PROJETO DE LEI Nº 221/2003

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a promover o parcelamento dos débitos referentes a multas de trânsito em até 24 (vinte e quatro) parcelas.

§ 1º O não pagamento de quaisquer parcelas nos prazos fixados implicará na imediata exigência do saldo devedor, prevalecendo os benefícios desta lei somente no que se refere aos valores das parcelas pagas.

§ 2º O valor mínimo de cada parcela não poderá ser inferior a R\$25,00 (vinte e cinco reais).

§ 3º O disposto neste artigo não enseja a restituição ou compensação de pagamentos já efetuados.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 12.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Apoioamento:

Duílio Genari.

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 221/2003

P A R E C E R :

#### Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Fernando Ribas Carli, estabelece o parcelamento dos débitos referentes a multas de trânsito no Estado do Paraná em até 24 parcelas.

#### Fundamentação

A matéria já recebeu análise, quanto a constitucionalidade, da douta Comissão de Constituição e Justiça,

que apresentou parecer favorável na forma de substitutivo geral.

#### Conclusão

Isto posto, a Comissão de Finanças apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 221/2003, ao encontrar méritos indiscutíveis na proposta do Deputado Fernando Ribas Carli, que autoriza o Poder Executivo parcelar débitos referentes a multas de trânsito no Estado do Paraná, parcelamento este já concedido em anos anteriores por proposições de iniciativa dos Deputados Toti Colaço, Luiz Carlos Martins e Divanir Braz Palma.

Sala das Comissões, em 27.04.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente  
ADEMAR TRAIANO - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1180, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões, do Projeto de Lei nº 221/2003.

#### ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 493/2004, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que inclui o inciso III do artigo 14 da Lei nº 11.480/96, o produto água de coco envazada. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 129/2004, de 14/12/2004).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 493/2004

#### P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 493/2004, de autoria do ilustre Deputado Estadual José Maria Ferreira, objetiva, em síntese, introduzir alteração na Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, reduzindo de 18% para 7% a alíquota do ICMS aplicável nas saídas em operações internas de água de coco envazada.

Dispõe o artigo 155, inciso II, parágrafo 2º, incisos IV, VI e XII, alínea “g”, da Constituição Federal:

“Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

(...)

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior:

(...)

§ 2º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte:

(...)

IV - resolução do Senado Federal, de iniciativa do Presidente da República ou de um terço dos Senadores, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, estabelecerá alíquotas aplicáveis às operações e prestações interestaduais e de exportação;

...

VI - salvo deliberação em contrário dos Estados e do Distrito Federal, nos termos do disposto no inciso XII, “g”, as alíquotas internas, nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, não poderão ser inferiores às previstas para as operações interestaduais:

...

XII - cabe à lei complementar:

...

g) regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.”

A Resolução do Senado nº 22, de 19 de maio de 1989, estabelece em seu artigo 1º que:

“Art. 1º A alíquota do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações e prestações interestaduais, será de doze por cento.

Parágrafo Único. Nas operações e prestações realizadas nas Regiões Sul e Sudeste, destinadas às Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e ao Estado do Espírito Santo, as alíquotas serão:

I - em 1989, oito por cento;

II - a partir de 1990, sete por cento.”

Portanto, a Constituição Federal determina que as alíquotas internas do ICMS não podem ser inferiores às previstas para as operações interestaduais e a menor alíquota interestadual é de 7%, exatamente o percentual almejado pelo projeto de lei em apreço.

Pelo exposto, uma vez que o Projeto de Lei nº 446/2004 está em consonância com o disposto no artigo 155, inciso II, parágrafo 2º, incisos IV e VI, da Constituição Federal, concluo pela sua constitucionalidade.

Sala das Comissões, em 05.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
RENI PEREIRA - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 493/2004

#### P A R E C E R :

#### Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado José Maria Ferreira, tem por objetivo incluir no inciso III do artigo 14 da Lei nº 11.580/96, o produto água de coco envazada.

#### Fundamentação

A Comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável ao presente projeto. Ao examinar o

Projeto de Lei nº 493/2004, esta Comissão não encontrou nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação.

#### **Conclusão**

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao projeto de lei em tela.

Sala das Comissões, em 27.04.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

NEIVO BERALDIN - Relator

#### **ITEM 09**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 024/2005, de autoria do Deputado Rafael Greca, que dispõe sobre a gratuidade da taxa de certidão da Carteira Nacional de Habilitação e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 002/2005, de 21/02/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 024/2005

P A R E C E R :

#### **Relatório**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Rafael Greca, tem por objetivo isentar do pagamento de taxa de Certidão Negativa da Carteira Nacional de Habilitação, quando ela for requisito para seleção de emprego.

#### **Fundamentação**

Chamada a opinar, a Comissão de Constituição e Justiça encontrou no que dispõe o artigo 133 da Constituição Estadual, que trata da iniciativa privativa do Poder Executivo, impedimento para o prosseguimento da proposição nesta Casa de Leis. A aprovação da presente matéria implicaria, também, em alterações no produto da receita prevista pela vigente Lei Orçamentária.

#### **Conclusão**

Sendo assim, apresentamos Emenda Substitutiva Geral ao presente projeto, visando sanar o impedimento constitucional do mesmo.

Sala das Comissões, em 05.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO  
PROJETO DE LEI Nº 024/2005

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a isentar do pagamento de taxa no fornecimento de Certidão Negativa da Carteira Nacional de Habilitação, quando a mesma for exigida como requisito para a seleção de emprego.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 05.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 024/2005

P A R E C E R :

#### **Relatório**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Rafael Greca, tem por objetivo isentar do pagamento de taxa de Certidão Negativa da Carteira Nacional de Habilitação, quando ela for requisito para seleção de emprego.

#### **Fundamentação**

A Comissão de Constituição e Justiça, ao encontrar impedimento de ordem constitucional na proposição, apresentou Emenda Substitutiva Geral ao presente projeto, visando saná-lo. Ao examinar o Projeto de Lei nº 024/2005, a Comissão de Finanças encontrou mérito no projeto, mas entende que a aplicabilidade do mesmo depende do interesse e/ou condições do Poder Executivo de executá-la.

#### **Conclusão**

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao projeto de lei em tela, na forma do substitutivo geral da CCJ.

Sala das Comissões, em 27.04.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

CESAR SELEME - Relator

#### **ITEM 10**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 025/2005, de autoria do Deputado Rafael Greca, que dispõe sobre a gratuidade da emissão da Certidão de Antecedentes Criminais e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 002/2005, de 21/02/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 025/2005

P A R E C E R :

#### **Relatório**

O presente projeto de lei em tela de autoria do nobre Deputado Rafael Greca, tem por objetivo isentar do pagamento de taxa no fornecimento de Certidão Negativa de Antecedentes Criminais quando a mesma for exigida para a formalização de vínculo empregatício.

#### **Fundamentação**

Chamada a opinar a Comissão de Constituição e Justiça encontrou no que dispõe o artigo 133 da Constituição Estadual, que trata da iniciativa privativa do Poder Executivo, impedimento para o prosseguimento da proposição nesta Casa de Leis.

A aprovação da presente matéria implicaria, também, em alterações no produto da receita prevista pela vigente lei orçamentária.

#### **Conclusão**

Sendo assim, apresentamos Emenda Substitutiva Geral ao presente projeto, visando sanar o impedimento constitucional do mesmo.

Sala das Comissões, em 05.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 025/2005**

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a isentar do pagamento de taxa no fornecimento de Certidão Negativa de Antecedentes Criminais quando a mesma for exigida para a formalização de vínculo empregatício.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 05.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

#### **COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 025/2005**

**P A R E C E R :**

#### **Relatório**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Rafael Greca, tem por objetivo isentar do pagamento de taxa no fornecimento de Certidão Negativa de Antecedentes Criminais quando a mesma for exigida para a formalização de vínculo empregatício.

#### **Fundamentação**

A Comissão de Constituição e Justiça, ao encontrar impedimento de ordem constitucional na proposição, apresentou Emenda Supressiva Geral ao presente projeto visando saná-lo. Ao examinar o Projeto de Lei nº 025/2005, a Comissão de Finanças encontrou mérito no projeto, mas entende que a aplicabilidade do mesmo depende do interesse e/ou condições do Poder Executivo de executá-la.

#### **Conclusão**

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao projeto de lei em tela, na forma do substitutivo geral da CCJ.

Sala das Comissões, em 27.04.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

CÉSAR SELEME - Relator

#### **ITEM 11**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 095/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que dispõe sobre alterações à legislação do Imposto sobre Operações Relativas

à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, incidente sobre carne bovina e bubalina, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 011/2005, de 14/03/2005).**

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 095/2005**

**P A R E C E R :**

#### **Relatório**

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Hermas Brandão, dispõe sobre a legislação do ICMS, incidente sobre a carne bovina.

#### **Fundamentação**

A Comissão de Constituição e Justiça, encontrou, na justificativa do autor, alterando a legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal - ICMS no que se refere ao tratamento dispensado às operações internas com carne bovina e bubalina, bem como aos seus miúdos comestíveis em estado natural, resfriada ou congelada, atende aos pleitos da Comissão Técnica da Bovinocultura de Corte, da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, pelas Comissões de Alimentos, de Agricultura, Indústria e Comércio, de defesa do Consumidor, e do Bloco Agropecuário Parlamentar, da Assembléia Legislativa do Paraná. E quanto a constitucionalidade, não foi encontrado nenhum óbice para a normal tramitação da proposição nesta Casa de Leis.

#### **Conclusão**

Sendo assim, a Comissão de Constituição e Justiça opina pela aprovação do Projeto de Lei nº 095/2005, em vista da constitucionalidade e oportunidade da matéria.

Sala das Comissões, em 26.04.2005.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

#### **COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 095/2005**

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei é de autoria do Deputado Hermas Brandão, dispõe sobre alterações à legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, incidente sobre carne bovina e bubalina.

Tal matéria já foi devidamente analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça que exarou parecer favorável.

Esta Comissão de Finanças chamada a opinar, conforme preceitua o parágrafo 3º, do artigo 3º do Regimento Interno, verificou que o projeto em ques-



tão, irá representar efetivamente um benefício à indústria local e ao nosso produtor agropecuário, melhorando as condições econômicas, a renda e o emprego no Estado.

Pelo exposto, nosso parecer é favorável ao projeto em tela, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.05.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

CESAR SELEME - Relator

## ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 044/2005, de autoria dos Deputados Cida Borghetti, Duílio Genari e Cesar Seleme, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Pedro Joanir Zonta. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 004/2004, de 23/02/2005).

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 044/2005

#### P A R E C E R :

##### Relatório

O presente projeto de lei, de autoria da nobre Bancada do Partido Progressista, tem por objetivo conceder o título de Cidadão Benemérito do Estado ao Sr. Pedro Joanir Zonta.

##### Fundamentação

Chamada a opinar sobre a matéria, a Comissão de Constituição e Justiça entende que a proposição está de acordo com o disposto da Lei nº 13.115, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a concessão de título de cidadão honorário e benemérito do Estado do Paraná. O Partido do autor, também, já oficiou que a proposição faz parte da cota da agremiação partidária.

##### Conclusão

Sendo assim, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 044/2005, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 16.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

Votação secreta.

Solicito ao 1º Secretário a chamada nominal dos Srs. Parlamentares para votação.

#### O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, gostaria de aproveitar esta oportunidade, enquanto o Secretário vai fazer a chamada nominal, para comunicar à Assembléia Legislativa que amanhã, a partir das 9h30min, estará nesta Casa, por convocação da Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania, o Secretário da Justiça Aldo Parzianello, que virá aqui para ser sabatinado nas Comissões, sobre

assuntos que envolvem a sua Pasta e os presídios e a crueldade que está sendo imposta aos presos no Paraná. Portanto, vamos ter a presença do Secretário Aldo Parzianello.

Obrigado.

#### O SR. 1º SECRETÁRIO (Marcos Isfer)

Procede à chamada nominal dos Srs. Parlamentares para votação secreta.

#### O SR. NEREU MOURA (PMDB) ((Pela Ordem)

Enquanto vão-se escrutinando os votos, Sr. Presidente, sinceramente, não estou conformado com a decisão de V. Exa. Até porque, nesta Casa, já tivemos, no mandato passado, uma decisão semelhante, quando nós, na época Oposição, rejeitamos um projeto de redação final e aquela votação foi anulada, porque projeto, em redação final, não se pode rejeitar.

Portanto, quero que fique lavrado em Ata, que iremos verificar com nossa assessoria jurídica qual é o encaminhamento, porque eu estava recordando da história e lembrei-me que no mandato passado houve um episódio igual a este e a votação foi anulada, porque não se poderia rejeitar projeto em redação final.

Então, iremos verificar.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Gostaria que V. Exa. encaminhasse por escrito esta questão de ordem, que vou encaminhar à Procuradoria da Casa. A decisão, no presente momento, é pela rejeição do projeto.

#### O SR. NEREU MOURA (PMDB) (Pela Ordem)

Também gostaria de encaminhar a fundamentação desta votação.

Não sou nenhum jurista, mas a vontade da maioria absoluta era de que este projeto virasse lei.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Já foi questionado. Vai ser encaminhada pelo Deputado Nereu uma questão de ordem; e é matéria vencida já, em termos de votação.

Trinta em seis Deputados votaram. Trinta e cinco favoráveis à aprovação da cidadania e um voto contrário.

**Aprovado o projeto.**

#### A SRA. CIDA BORGHETTI (PP) (Pela Ordem)

Quero, em nome da Liderança do PP, agradecer a esta Casa, ao nossos colegas Deputados e Deputadas, que aprovaram o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná a esse grande empresário, que neste Estado gera empregos e gerando emprego alcança, sim, cidadania às nossas famílias, geração de empregos e renda ao Estado do Paraná. Joanir Zonta recebeu desta Casa 35 votos favoráveis.

Então, quero agradecer mais uma vez, em nome da Liderança do PP, o Deputado Duílio Genari, e aos Deputados Cesar Seleme e Cartário.

Muito obrigada.

### ***Discussão Única (Indicação)***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

#### **ITEM 13**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 013/2005, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que solicita ao Poder Executivo envio de mensagem que concede vale-refeição e vale-transporte aos Policiais Militares na forma que menciona. **Aprovada. (Publ. no DA nº 031/2005, de 25.04.2005)**

### ***Requerimentos***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1193, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente, solicitando autorização para participar da VI Assembléia Geral da Confederação Parlamentar das Américas em Foz do Iguaçu, entre os dias 07 e 09 do corrente mês. **Aprovado.**

Só quero afirmar ao Deputado Barbosa Neto, que solicitamos aos organizadores dessa Assembléia Geral, tem o convite e não tem ainda quando ela será aberta. Estamos aguardando a confirmação para posteriormente autorizarmos.

Requerimento nº 1194, de autoria dos Deputados Barbosa Neto e Reni Pereira, com o apoio dos Deputados Waldir Leite, José Domingos Scarpellini, Ailton Araújo e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (**Para Encaminhar**)

Sou co-autor desse requerimento e gostaria de dizer, não só aos dezoito Parlamentares que apoiaram, que existe em vigor uma Portaria, a 028, que designou quatro auditores para fazer a reformulação dos quadros da Receita Federal.

E consta, nós temos informações, e por isso fizemos este requerimento, que quatro Delegacias Regionais da Receita estariam sendo extintas e anexadas a outras. A de Jacarezinho, de Umuarama, União da Vitória e de Pato Branco.

Por esse motivo é que pedimos a permanência, tendo em vista que depois de essa Comissão designar a extinção, dificilmente teríamos o restabelecimento.

Então, para evitar um dano maior, fizemos esse requerimento com apoio de dezoito Parlamentares, inclusive das regiões afetadas para evitar, primeiramente um transtorno ao contribuinte, que terá longas instâncias a percorrer para ir à nova sede da Delegacia. Segundo: para

evitar também um transtorno à questão dos Municípios que, para ter informações terão que se deslocar muito além das distâncias hoje, que já não são tão perto às sedes das Delegacias. E terceiro, para evitar também o transtorno no quadro de funcionários da Receita que terão um deslocamento muito grande para trabalhar em virtude do deslocamento das suas sedes da Receita.

O SR. BARBOSA NETO (PDT) (**Para Encaminhar**)

Só gostaria de corroborar às colocações feitas pelo Deputado Reni Pereira, já que o prejuízo, até mesmo para o próprio Estado que deixará com certeza de aumentar a sua arrecadação, principalmente no que tange ao ICMS, poderá ser muito grande. Portanto, conseguimos aqui o apoio de dezoito Parlamentares para evitar o prejuízo também para os funcionários que estão lotados nessas quatro regiões, já que terão que ser anexados a essas grandes regionais, o que causa, com certeza, um transtorno para o próprio Governo.

Portanto, esperamos que se sensibilize a Secretaria da Fazenda, através do Secretário Eron Arzua, para que possa demover essa idéia e manter essas Delegacias Regionais da Receita.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação o requerimento. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Gostaria de participar aos Srs. Parlamentares que voto de congratulações daqui para frente esta Mesa só receberá quando for para pessoa física; para pessoa jurídica não vamos receber mais.

Requerimento nº 1175, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1176, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 1177 e 1178, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1181, de autoria do Deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1182, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1186, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1187, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 1188 e 1192, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1195, de autoria do Deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Não recebido pela Mesa.**

Requerimento nº 1199, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, com apoio dos Deputados Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Luciana Rafagnin e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1201, de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. **Não recebido pela Mesa.**

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Gostaria que V. Exa. verificasse com carinho: há poucos dias, nesta Casa, um projeto de lei era para ser rejeitado na redação final e V. Exa. falou que não cabia rejeição da redação final.

E esse é da mesma proporção.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Confesso a V. Exa. que já solicitei ao Deputado Nereu Moura, que vai fazer um questionamento por escrito e daremos a resposta ao Plenário nos próximos dias.

## ***Ordem do Dia da Próxima Sessão:***

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 04, à hora regimental, com a seguinte

### **ORDEM DO DIA:**

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 085/2004; 011, 017 e 030/2005; e da Indicação nº 014/2005.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 009/2004.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 493/2004; 024, 025, 044, 095 e 113/2005.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 043/2004 e 245/2005.

Levanta-se a Sessão.

\*=\*=\*=\*=\*=\*=\*=\*=\*=\*=\*=\*=\*=\*=\*=